

O BIPARTIDARISMO BRASILEIRO

(1965-1979)

Denise Moreira Schwantes Zavarize

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO
DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO

Orientador: Dr. Christian G. Caubet

FLORIANÓPOLIS

1 9 8 7

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

A dissertação O BIPARTIDARISMO BRASILEIRO (1965-1979)

elaborada por DENISE MOREIRA SCHWANTES ZAVARIZE

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora, foi
julgada adequada para a obtenção do título de MESTRE EM
CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO.

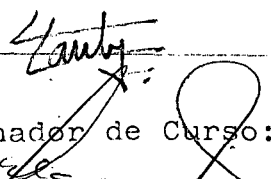
Florianópolis,

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Christian G. Caubet
Prof. Dr. Clóvis de S. Goulart
Profa. Me. Regina Iara R. Dittrich



Professor Orientador:


Coordenador de Curso:
Prof. PAULO HENRIQUE BLASI
Coordenador P.G. em Direito

PARA JÚLIA

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, pelo apoio

Ao meu pai, pelo conhecimento.

Ao meu Orientador, Professor Christian G. Caubet,
pelo incentivo.

Ao meu colega, Adelhart Graf, pela amizade.

Aos professores, pelos ensinamentos.

Aos colegas e funcionários, pela convivência.

E à CAPES, pela bolsa recebida.

E quem de vós, por muito que pense, pode
acrescentar um côvado à sua estatura?

(Mt 6,27)

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| Resumo | 06 |
| Abstracs | 07 |
| Introdução | 08 |
| Notas Bibliográficas | 14 |
| Capítulo I | 15 |
| 1.1. Teoria tradicional sobre sistema representativo e partido político | 15 |
| 1.2. Algumas condições para o surgimento dos partidos políticos | 18 |
| 1.3. Partido político em Gramsci | 24 |
| 1.2.1. Partido político em Gramsci | 28 |
| Notas Bibliográficas | 32 |
| Capítulo II | 34 |
| 2.1. Aspecto estrutural | 36 |
| 2.2. Aspecto Superestrutural | 37 |
| Notas Bibliográficas | 44 |
| Capítulo III | 46 |
| Notas Bibliográficas | 56 |
| Capítulo IV | 59 |
| 4.1. O bipartidarismo | 59 |
| 4.2. As Forças Armadas e o bipartidarismo pós-1964 | 62 |
| 4.3. Implantação e institucionalização do bipartida- rismo | 64 |
| 4.4. Os partidos políticos da Revolução | 66 |
| 4.4.1. Aliança Renovadora Nacional | 68 |
| 4.4.2. Movimento Democrático Brasileiro | 70 |
| 4.4.3. As eleições e os partidos políticos pós-64 | 74 |
| Notas Bibliográficas | 83 |
| Considerações Finais | 85 |
| Notas Bibliográficas | 95 |
| Conclusão | 96 |
| Notas Bibliográficas | 99 |
| Bibliografia Consultada | 100 |

RESUMO

Este estudo se constitui numa tentativa de evidenciar aspectos relevantes, relacionados com o bipartidarismo brasileiro, no período de 1969 a 1979. Isto implicava em abordar também as origens da Revolução ou Golpe de 1964, bem como o tipo de regime que ele implantou. A leitura de autores clássicos como Maurice Duverger, Giovanni Sartori e Jean Charlot teve por objetivo observar como o partido político era entendido pela teoria liberal. Porém, o embasamento teórico escolhido foi o da teoria de Antonio Gramsci, sobre Estado, sociedades política e civil e partido político, com breve alusão a Althusser. E para o entendimento da realidade política brasileira antes e depois do Golpe, os autores escolhidos foram Guillermo O'DONNELL, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Elizier Rizzo de Oliveira, Thomas Skidmore, Maria Helena Moreira Alves, etc. Além destes, para compreensão da lógica existente nos discursos do Poder Executivo, fundamentada na Doutrina de Segurança Nacional, foram analisados alguns discursos presidenciais do período. A análise permitiu a compreensão das razões do Golpe: (a) resolver a crise de hegemonia, através do reordenamento das classes dominantes; (b) modernizar o país, entendido como sendo uma potência emergente; (c) proporcionar a evolução do capitalismo no país. Isto seria feito através de na primeira etapa, o expurgo dos progressistas e nacionalistas e, na segunda etapa, da institucionalização da Revolução e de seus ideais. Para isto, obipartidarismo surgiu, como modo de superar as crises sociais e retirar da sociedade civil seu conteúdo político. Porém, o bipartidarismo mostrou-se inadequado para administrar as crises político-partidárias, o que conduziu ao retorno do pluripartidarismo.

ABSTRACTS

This theme was an endeavour to evidence relevant aspects, which are connected with the Brazilian bipartisanship in the duration of time who was including between 1969 until 1979. This choice involved to approach too the origins of the revolution or Coup d'Etat on 1964, such as the type of rule who is implanting. The lecture of classic authors such as Maurice Duverger, Giovanni Sartori and Jean Charlot had the purpose to observe who the political parties was understanding for liberal theory. But, the theory approached who is chosen was the Antonio Gramsci's theory about State, political parties and political and civil society, with a short allusion to Louis Althusser. And to understanding the Brazilian political reality before and after the coup d'Etat the choised author's are Guillermo O'Donnell, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Elzior Rizzo de Oliveira, Maria Helena Moreira Alves, etc. Further on, to compraining the logic existent on speeches of Executive Power, who was based in the Doctrine of National Security, there was been analysed some where presidential speeches of these duration of time. The analysis permitted the understanding of the reason of the Coup d'Etat: (a) to resolve the hegemony's crisis through the arrangement of dominant classes; (b) to modernize the country, who is understanding as an emergent power; (c) to support the evolution of capitalism in Brazil. That was making by means of, at first stage, the expurgation of the progressists and nationalists, accuseds and at second stage, for institution of the Revolution's idea. For that, the bipartisanship appeared since a manner to get over the social crisis and to leave of the civil society its political contents. But, the bipartisanship was inadequate to administer the political-partisan's crisis, and that conducted to return for plurality partisan.

INTRODUÇÃO

O estudo dos partidos políticos no Brasil, em qualquer período abordado, se constitui num instigante desafio. Isto porque estas instituições políticas, que são o embasamento da democracia representativa, de tal modo que esta também é denominada "democracia dos partidos" assumem, no Brasil, relevância quase que unicamente no período eleitoral.

E, se considerado os períodos da história brasileira em que não houve eleições ou estas foram cerceadas, observa-se a predominância de longos períodos de tempo em que a atividade político-partidária esteve controlada.

As razões apontadas para este fato são desde a supremacia do Poder Executivo sobre o Legislativo e a fragilidade da democracia e de suas instituições no país até a suposta incapacidade nacional de implementar e manter um regime democrático,

Não cabe, neste trabalho, o estudo destas razões, que por este motivo são apenas evocadas.

Mesmo a limitação temporal imposta a ele teve como razão a de propiciar uma análise que permitisse ser não muito extensa e ainda assim, ter razoável embasamento teórico. Naturalmente que a proximidade histórica dos fatos, bem como a censura que tem sido mantida, mesmo parcialmente sobre eles dificultam a tarefa. Existem, ainda como é compreensível, as limitações pessoais e a da escolha das categorias que permeassem o trabalho, conduzindo-o de forma lógica.

Uma análise acurada sobre o partido político, quaisquer que sejam o período histórico ou espaço geográfico que a circunscreva, exige a abordagem da origem desta instituição e do modelo genérico do sistema político que a viu surgir.

Isto implica em não olvidar a leitura de autores reconhecidos como clássicos, como Maurice Duverger ou Giovanni Sartori.

Porém, estes autores fazem a sua análise a partir de modelos pré-estabelecidos, cujo pressuposto é a existência de

um sistema democrático original ou implantado, assente e capaz de superar, sem o risco de desarticulação, suas contradições internas. Modelos semelhantes aos existentes na Europa e na América do Norte e que não têm correspondência factual com o que ocorre na América Latina, incluindo-se o Brasil.

Ilustrando o que foi exposto acima, observa-se que o modelo político-partidário europeu, ou ainda mais restritivamente o anglo-saxão, tem como pressuposto essencial o exercício pleno da cidadania e das garantias democráticas. Ora, não há como supor a existência de cidadania democrática em países onde parte considerável da população não tem direito ao voto, como ocorreu até recentemente no Brasil, em que os analfabetos não votavam, e, na qualidade de subnutridos, faltavam-lhes as condições básicas para a participação da escolha política.¹ E quais seriam as garantias democráticas em países em que parcela significativa da sua história se constitua numa sucessão de golpes e contra-golpes?

A dificuldade em concatenar o ideal com o real conduziu à procura de categorias que permitissem um estudo específico em tempo e espaço sem perder-se de vista a necessária universalidade dos conceitos.

Assim, o autor escolhido foi Antônio Gramsci, pensador político que uniu a práxis à teoria e que por estar profundamente preocupado com aquela foi capaz de elaborar uma teoria capaz de ser aplicada em épocas e lugares historicamente definidos e diversos, no que reside sua universalidade.

Tomando as palavras de Carlos Nelson Coutinho:

"Essa importância lhe advém, sobretudo, da 'ampliação' que efetuou na teoria marxista do Estado (introduzindo, ao lado da dimensão coercitiva, a dimensão consensual da hegemonia)..."²

Isto significa repensar o Estado não apenas como o 'Leviatã' ou a ponta-de-lança da classe dominante, mas observá-lo como sendo a sociedade civil e a sociedade política, o espaço de criação da hegemonia, ou seja, da capacidade de a classe fundamental expressar e reproduzir na sociedade civil sua forma de

ver o mundo.

E permite "encontrarmos uma privilegiada perspectiva para compreender o caráter 'prussiano', autoritário e elitista assumido pelo processo de formação da nacionalidade e de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. '3, na medida em que oferece as categorias para pensar a crise de hegemonia ocorrida em 1964, a tentativa de rearticulação da classe dominante que teria como embasamento as propostas da Doutrina de Segurança Nacional e que, ao falhar, conduziu ao processo de concentração de poder, de tal modo que justificou o uso do conceito gramsciano de ditadura.

E Antônio Gramsci permanece atual, pois que o pensador italiano, avesso ao dogmatismo, acreditava na 'guerra de posição', defendia as alianças táticas, o que permite tanto questionar quanto criticar o processo de "transição democrática", ainda mais que o conceito de revolução evoluiu do salto quantitativo, para o conceito de um processo de acumulação qualitativa, na medida em que o poder extrapola os limites do governo ou da sociedade política para permear a sociedade civil. O que conduz a um conceito novo de partido político, que desborda os limites da noção clássica de representatividade para participar também como motor de transformações sociais. Assim, o partido político abandona o espaço histórico delimitado pela democracia representativa e reescreve a história sob a ótica da participação popular - e se torna como a democracia, um conceito de valor universal.

Outra categoria também utilizada e que deve ser circunscrita, foi a de autoritarismo.

O'Donnell introduziu no âmbito das tipologias de Estado, o conceito de Estado Burocrático-Autoritário⁴, enquadrando-se nele o Brasil pós-64.

Fernando Henrique Cardoso, na tentativa de estabelecer limites mais concretos para sua análise, transferiu o adjetivo 'autoritário' para o regime político implantado pelos militares⁵.

Na medida em que o regime político possa ser entendido como a forma de relacionamento entre os poderes e entre a sociedade política e a sociedade civil,⁶ esta restrição permite repensar

o autoritarismo como não estando limitado no Brasil, à ditadura militar.

O autoritarismo se constitui num sistema de governo excludente tanto político quanto economicamente, com o objetivo de permitir a apropriação dos meios de produção e do fazer política, pela elite dominante, que mantém-se assim, indefinidamente, no poder, o que, entre outras consequências, favorece a separação progressiva entre a sociedade política e a sociedade civil.

Porém, para que isto ocorra por um período relativamente longo e para que haja a superação das crises que a falta de participação provoca, necessário haver um mínimo de consenso da necessidade de se implantar e manter um regime autoritário. Ora, este consenso vai se formar no interior da sociedade civil. É dela, portanto, o respaldo para a implantação de procedimentos extremos. No Brasil é impossível ignorar o apoio prestado por setores das classes médias e por organizações da sociedade civil à Revolução de 1964.⁷

Negar a participação de parcela da sociedade civil nesta ocasião, assim como em outras, como o Movimento das Diretas Já, no extremo oposto, é aceitar o caráter amorfo da sociedade, é compactuar com a teoria de que a população brasileira não está preparada para a participação política. E a amplitude da aceitação desta teoria entre políticos e estudiosos comprova a capacidade de difusão das idéias autoritárias, o que permite o consenso em torno da concepção do Estado como instrumento a ser utilizado para realizar os projetos de grandeza nacional⁸.

A comparação entre a democracia formal existente no país antes de 1964, baseada no pluralismo partidário restrito e na "cidadania do voto", "marcada pela presença de uma estrutura na qual o poder de decisão, centralizada nas mãos da burocracia estatal era exercido com grande margem de autonomia em relação aos partidos políticos"⁹, e o regime político instaurado, de total repressão e a supressão das atividades políticas, induziu à compreensão do autoritarismo como sendo, ainda que não exclusivo, predominante neste período e o período anterior e posterior (de "abertura polí-

tica") como sendo consideravelmente mais democrático.

Além dos autores citados, a bibliografia incluiu outros, seja para complementar o embasamento teórico ou ainda para fornecer os dados históricos e/ou legais.

Mas, para que houvesse o entendimento mínimo acerca do projeto de Estado que os militares pretendiam implantar, necessário seria analisar pelo menos parcela de sua produção escrita. A opção feita por alguns discursos presidenciais do período de 1964 a 1978, mais especificamente, do período do início da Revolução até o início da "abertura política" se deu pelo entendimento de que "os regimes autoritários que não são baseados num partido político (...) são algumas vezes fracos demais para enfrentarem sociedades complexas. Além do mais, seria incorreto supor que o aparelho de estado funcione como um todo unido nos regimes autoritários na América Latina. A ausência de um partido que possa unir o sistema e de uma ideologia verdadeiramente totalitária, impede a tecnoburocracia e os detentores dos cargos a se comprometerem com a ideologia militar de grandeza do estado.(...) A coerência do regime existe mais no nível máximo, através do discurso de ministros e generais,..."¹⁰

O que, em última análise, reforça a tese de que teria havido uma progressiva falta de consenso em torno dos ideais revolucionários.

Porém, o que motivou a escolha tanto da temática partido político quanto do período histórico foi a influência que este período exerce sobre a política na atualidade brasileira.

Como a "abertura democrática", promovida pelo regime a partir de 1974, foi uma forma de recriar o espaço de manobra das elites no poder e não se constituiu portanto, numa ruptura com a Ideologia de Segurança Nacional, as instituições políticas, incluindo-se os partidos políticos, mantém, principalmente no relacionamento com a sociedade civil, o caráter autoritário.

A retomada do discurso liberal não incluiu propostas de participação popular nem afrouxamento do domínio da sociedade política sobre a sociedade civil. Neste contexto, os sindicatos e ou-

tras organizações da sociedade civil continuam a ser controladas verticalmente e o peso das leis de exceção (Lei de Segurança Nacional, Lei de Greve) continua a fazer-se sentir como uma advertência de que se o povo não souber se conduzir conforme o que se espera dele, é perfeitamente viável destituí-lo e fazer da sociedade política a totalidade do Estado.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) COUTINHO, Carlos Néilson. Gramsci: universalidade que se amplia geograficamente. Folha de São Paulo, São Paulo, 25 de abril de 1987, Ilustrada:A 37, c.2
- (2) NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento de Gramsci é o Brasil. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1985, Caderno B especial:7, c.3
- (3) O'DONNELL, Guillermo. Desenvolvimento político ou mudança social? In PINHEIRO, Paulo Sérgio, Coord. O Estado autoritário e movimentos populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. p. 60
- (4) CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In COLLIER, David, Org. O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 44-62
- (5) Id., *ibid.*, p. 46
- (6) Id., *ibid.*, p. 54-55

CAPÍTULO I

Ao se escolher uma temática para estudo, necessário se faz estabelecer os pressupostos teóricos com os quais se deseja elaborar o trabalho. O rumo da elaboração, ou seja, a tese específica que será defendida implicará no privilegiamento de alguns dos múltiplos aspectos abordados, o que estabelecerá os limites necessários para não tornar o trabalho em questão demasiado complexo ou ainda, carente de embasamento lógico. Isto implica, porém, em observar o que foi realizado anteriormente, a fim de não olvidar os aspectos que possam passar despercebidos e como forma de sistematizar o trabalho a ser elaborado.

Partido Político é um assunto abrangente e tem sido abordado no todo ou sob aspectos determinados por eminentes estudiosos.

De modo a sistematizar as teorias sobre partido política, no presente trabalho elas estão sub-divididas em tradicionais (incluindo-se os autores clássicos) e marxistas. Na última categoria apenas um pensador foi objeto de análise - Antônio Gramsci. São dele os conceitos que fornecem o suporte teórico deste estudo sobre o bipartidarismo brasileiro.

1.1. Teoria tradicional sobre sistema representativo e partido político

Entre os adeptos desta teoria cumpre citar os tidos como clássicos, isto é, Maurice Duverger, autor de Os partidos políticos, a primeira sistematização feita sobre o assunto e Giovanni Sartori, na sua análise dos Partidos e sistemas partidários.

Maurice Duverger estuda a origem dos partidos políticos, sua formação interna e aborda os sistemas partidários. Para ele, a origem dos partidos políticos acha-se ligada "a extensão do sufrágio popular e das prerrogativas parlamentares"¹. E ele define o campo onde, por excelência, eles atuam, ou seja, o eleitoral e o parlamentar.

Outra importante questão levantada pelo autor é a diferença existente entre os partidos políticos originados dentro do sistema parlamentar, onde o exemplo clássico seriam os partidos

ingleses e aqueles que teriam origem externa, o que ocorreria quando "o conjunto de um partido é essencialmente estabelecido por uma instituição pré-existente, cuja própria atividade se situa fora das eleições e do parlamento..."²

Esta distinção é tanto mais importante quando se verifica que tal origem é observável em países onde não existe um sistema de partidos organizados e assente.

Porém, o interesse de Maurice Duverger se prende mais à instituição partido político como fato social e a sua consequente organização do que aos pressupostos para sua existência. Sua intenção, explicitamente exposta na Apresentação de sua obra é a organização partidária e não a doutrina sobre partidos políticos³.

Ao contrário, para Giovanni Sartori, interessou sobretudo estabelecer a teoria, muito embora ele atentasse para a realidade de os partidos políticos terem sido antes fato do que teoria. E ele estabelece seu arcabouço teórico mediante tres premissas:

- "1. Os partidos não são facções.
2. Um partido é parte-de-um-todo.
3. Os partidos são canais de expressão."⁴

Estas premissas têm se constituído na base da chamada teoria clássica dos partidos políticos e exprimem a própria história dos partidos, merecendo portanto, um estudo mais acurado.

Até a implantação do sistema representativo, quando então eles passaram a desempenhar importante papel, partidos políticos eram tidos como pouco melhores do que facções, execrados por autores esclarecidos como Voltaire, cuja citação é por demais conhecida mas, que, pelo seu poder de síntese do pensamento da época, merece ser repetida:

"A palavra partido não é, em si, repulsiva; a palavra facção sempre é".⁵

Ainda em debate com as estruturas do Estado absolutista, onde o peso político da pessoa era definido pelo seu nascimento e abrindo espaço para um sistema de livre mercado, que ambicionava a total desvinculação do Estado, a teoria liberal clássica,

eivada do mais profundo individualismo, não via com bons olhos os partidos políticos. Clara estava na mente daqueles homens a eficácia da monarquia absoluta e da Igreja Católica para o domínio político.

A segunda premissa tem seu embasamento na evolução da palavra "partido", que vem do latim "partiere", ou seja, dividir. Esta dá ao termo uma conotação pejorativa, pela capacidade intrínseca de criar divisões. A divisão transmitia a noção de ser o partido algo desconexo. Na medida em que sua existência factual se impôs e surgiram os sistemas partidários, criou-se a noção de ser o partido político parte de um todo pluralista, de tal modo que reestabeleça "um equilíbrio entre união e separação, girando em torno da eficiência do imperativo que exige que a "parte" vencedora seja "imparcial", que governe para todos e não apenas para si mesma" ⁶, considerando ainda que o autor substitui a noção de "conflito" por "dissenção". ⁷

A terceira premissa conduz a uma reflexão sobre a função dos partidos políticos. Giovanni Sartori privilegia as de expressão e representação, dando especial atenção à primeira, pois para ele "... é bastante controversa a possibilidade de que os partidos representem seus eleitores (e não os seus membros)" ⁸, o que não elimina o fato de ser a representatividade a noção básica para se entender partido político.

Mesmo se considerando a importância e o pioneirismo destas obras sobre partidos políticos, observa-se que inclusive o Giovanni Sartori, que confessa seu posicionamento teórico, para ele e para Maurice Duverger, o partido é observado como uma realidade por si, ou seja, interessa a eles prioritariamente a organização e a formação da instituição e não necessariamente a forma como ela se insere no processo político.

Historicamente, é interessante anotar o interesse precoce dos estudiosos e políticos ingleses pelos partidos.

O Século XVIII viu surgir, na Inglaterra, a instituição do "Governo responsável", ou seja, a responsabilidade dos

Ministros perante o Parlamento, consequência natural da longa luta travada pelos barões contra a Coroa desde a assinatura da Magna Carta.

Desta forma, o primeiro pensador a se preocupar com diferenciar partido político de facção foi Bolinbroke (1679-1751), distinguindo o primeiro do segundo pela base doutrinária - partidos seguiriam pelos princípios e facções defendiam interesses pessoais.

O autor participou da grande Rebelião Inglesa, cujo resultado foi a Constituição de 1688.⁹

Porém, se a Câmara dos Comuns foi instituída como forma de controle popular do governo, sua representação eleitoral era restringida, uma vez que o direito ao voto era concedido somente aos proprietários, excluída, portanto, a maior parte da população.

Isto conduziu a que os partidos políticos ingleses originariamente tivessem um caráter aristocrático.

No entendimento de Tocqueville:

"É natural, em países democráticos, que os membros de assembléias políticas tenham as suas mentes mais voltadas para seus eleitores do que para seus partidos, enquanto nas aristocracias eles estão mais preocupados com seu partido do que com seu eleitorado."¹⁰

O que significa afirmar que a experiência americana foi decisiva na transição dos partidos do tipo aristocrático para o partido do tipo eleitoral, como existem modernamente.

1.2. Algumas condições para o surgimento dos partidos políticos

Uma vez que partido político é, tal como o conhecemos, um fenômeno recente, do mundo moderno, ligado ao nascimento e à expansão do sistema representativo, torna-se relevante abordar as condições em que os partidos políticos surgem e sob que condições podem atuar, sendo que este surgimento se dá sob o signo da contradição.

A primeira destas condições de surgimento têm sua síntese na definição de A. Lincoln (Discurso de Gettysburg, 1863) sobre a democracia: "Governo do povo, pelo povo e para o povo" e que traz à tona a questão da soberania popular. Ao se colocar a impossibilidade de o povo se auto-governar (democracia direta), estabeleceu-se o sistema representativo, isto é, a escolha por eleições dos representantes do povo.

É pois inevitável que a teoria clássica sobre partidos tenha como embasamento as noções de representatividade e consenso, da aceitação dos desejos de uma maioria construída, que asseguraria a legitimidade e a legalidade do processo de escolha.

A noção de que um homem ou um grupo de homens pudesse ser representado por uma única pessoa foi aventada por Thomas Hobbes:

"...uma multidão de homens é transformada em uma pessoa quando é representada por um só homem ou pessoa, de maneira a que tal seja feito com o consentimento de cada um dos que constituem essa multidão".¹¹

Tanto quanto Thomas Hobbes, mas com objetivo diverso, Jean-Jacques Rousseau condenava veementemente qualquer forma de delegação de autoridade, uma vez que a base da sua teoria é a noção de que no estado de natureza, o homem é essencialmente bom sendo posteriormente corrompido pela sociedade, que, para controlar os desajustes causados por ela, estabelece o contrato social, ou as regras de convivência.

Porém, ao limitar seus direitos, em favor do corpo social, os homens não o fariam de forma absoluta, uma vez que tais direitos seriam inerentes (próprios da condição humana) e inalienáveis. Assim,

"A soberania não pode ser representada pela mesma razão que não pode ser alienada: ela consiste essencialmente na vontade geral e a vontade geral absolutamente não se representa. É ela mesma ou é outra, não há meio-termo. Os deputados do povo não são, nem podem ser seus

representantes: não passam de comissários seus, nada podendo concluir definitivamente."¹²

Neste contraponto é possível discernir duas histórias diferentes: a inglesa, onde um poder centralizado nasceu primeiramente, provocando a reação dos barões e que conduziu séculos mais tarde ao Parlamento e a francesa, onde um poder real fraco a princípio se fortaleceu até provocar a revolta popular.

Em Jean-Jacques Rousseau encontramos também a visão individualista que se tornou cara ao liberalismo político e econômico.

Mas foi Locke quem estabeleceu o porque da necessidade da existência do "consenso", pois se no "estado de natureza", isto é, de total liberdade, o homem não consegue viver devido à existência de inúmeros conflitos individuais, ao se organizarem, estabelecem a obediência em torno de certas leis e certas lideranças. Estas leis teriam como base o "bem comum" sendo que a liderança seria "imparcial".¹³

Traduzindo este entendimento, Edmund Burke assim se expressou:

"O Parlamento não é um congresso de embaixadores de interesses hostis e diferentes, que devem manter-se como agentes e advogados contra outros agentes e advogados: o Parlamento é uma assembléia deliberativa de uma nação, com um interesse, aquele do todo..."¹⁴

E deste modo, descartava-se a teoria defendida por Jean-Jacques Rousseau de um mandato delegado e esta era substituída pela do mandato fiduciário, que coloca acima do indivíduo, do cidadão, a Nação.

A contradição é, portanto, a de que para haver representação é necessário estabelecer certos limites à participação.

A segunda contradição se encontra ligada à ampliação da cidadania. Pois se a representação implica em igualar o voto dos desiguais, a ampliação do direito de votar e, mais ainda, a da participação política, fazem com que o sistema representativo se torne a arena da manifestação de uma sociedade pluralista e ex-

põe os conflitos entre as classes, e, conforme se verificará adiante, se estabelecem restrições tanto ao pluralismo quanto à possibilidade de manifestação dos conflitos de classes, principalmente através de governos populistas (que buscam trazer para dentro do Estado toda a sociedade) ou autoritários (que tentam expurgar da sociedade seu caráter político).

A cidadania, como expressão política dos direitos e liberdades civis, interage com estes em sua formulação ao mesmo tempo que estes condicionam aquela na sua expressão.

Isto se torna mais evidente porque para a ampliação da cidadania, necessário se faz estabelecer os direitos e liberdades civis, isto é, se reco hece a existência de uma sociedade civil desvinculada da sociedade política e desta forma, se inaugura um processo de criação de novos direitos, embasados nos anteriormente adquiridos:

"...o que significa ainda que sua formulação contém a exigência de sua reformulação ou que os direitos adquiridos são necessariamente chamados a sustentar direitos novos."¹⁵

E por esta razão o sistema representativo traz em seu bojo o germe da mudança, pois aquele ao tentar anular a contradição através da categoria do consenso, faz esta emergir das relações sociais, políticas ou econômicas.

De igual modo, a maioria vista através do consenso, se apresenta como sendo sem fissuras e oculta a existência nela de diversas minorias, que exigem existir na plenitude de suas especificidades.

E esta resposta o sistema representativo não pode oferecer porque ele não é necessariamente democrático. Nele, separa-se o homem-cidadão, isto é, aquele enfocado pela igualdade jurídica do homem-produtor¹⁶, e nega, portanto, a existência de classes no âmbito jurídico ("Todos são iguais perante a lei", afirma o axioma).

No âmbito político, periodicamente o conflito entendido dialeticamente, é substituído pelo consenso e a democracia pela representatividade.

O que não invalida o uso do termo "democracia" pelo liberalismo, que sempre surge adjetivado, complementado, pelo termo "representativa", sugerindo que a democracia possível é a representativa.

Porém, conforme visto anteriormente, a ampliação do sufrágio popular foi decisiva para a implantação dos partidos políticos e do sistema partidário.

Além deste, os pressupostos para que isto ocorresse seriam:

A) Separação entre os Poderes Legislativo e Executivo.

Teoricamente, nos sistema representativo, a separação dos Poderes se constitui num dos pressupostos para a sua legitimação, pois cabe ao Legislativo, ao corpo de representantes do povo, estabelecer as regras eleitorais partidárias.

Para Maurice Duverger, o sistema de partidos assegura esta divisão de poderes:

"O grau de separação dos poderes depende muito mais do sistema de partidos do que das disposições previstas pelas Constituições. Assim, o partido único acarreta uma concentração muito estreita de Poderes, ainda que os textos estabeleçam, oficialmente, uma separação mais ou menos acentuada; o partido cimenta fortemente uns aos outros os diversos órgãos governamentais."¹⁷

B) O estabelecimento de garantias que assegurem o amplo debate, a liberdade partidária, a não coerção dos eleitores e a apuração honesta dos resultados e assegure ao partido vencedor a chegada ao poder.¹⁸

Agora, há que se indagar: por que a relevância dada aos pressupostos do sistema partidário?

Porque tais pressupostos, que poderiam ser vistos como estruturais, garantem a legitimação do processo eleitoral e portanto, também do sistema representativo.

É inócuo afirmar que o partido político deverá ser uma organização durável, estabelecida em escalões bem definidos me-

diante uma estrutura hierárquica, com o firme propósito de assumir o poder e exercê-lo através de eleições que assegurem o suporte popular.¹⁹

Definido desta forma, a instituição torna-se uma realidade de "per si" e praticamente todas as organizações que possuam alguma tintura partidária podem ser consideradas como sendo um partido político. Com isto, não é exagero afirmar que a instituição é legitimada pela definição, isto é, a definição é ampla o suficiente para nela agasalhar um sem-número de ambigüidades políticas.

Outra razão para esta importância, seria a tentativa de fugir da linha mestra que tem norteado os estudos sobre partido político, ou seja, o partido como uma realidade individualizada, onde cada um é estudado como fator determinante, ou ainda, a preponderância, dada principalmente pelos autores nacionais, aos momentos eleitorais.

Do que foi exposto, observa-se que os teóricos do sistema representativo não estavam preocupados em estabelecer as bases de um sistema democrático. Eles almejavam antes garantir a participação de uma burguesia emergente (no caso francês) e de uma aristocracia que se aburguesava (no caso inglês) nas decisões do poder, até então nas mãos do monarca. Portanto, sua preocupação era criar uma outra esfera de expressão do poder, ou seja, o Parlamento.

Porém, o avanço das lutas pelo alargamento dos direitos da cidadania, incluindo-se o da participação no processo político eletivo, que, principalmente no final do século XIX e início do século XX estiveram vinculadas ao crescimento dos movimentos operários na Europa e ao nascimento, muitas vezes, traumático, de novos Estados, culminou com a ampliação do sufrágio popular.

E a ampliação do sufrágio popular trouxe para a arena política uma nova gama de interesses, que passaram ou não, a serem representados pelas agremiações políticas emergentes, isto

é, os partidos políticos.

1.3. Partido político em Gramsci

Conforme exposto supra, a base lógica para o estabelecimento do sistema partidário é a representatividade. Assim, é importante entender a formação do sistema representativo ou a forma de participação da burguesia no âmbito dos aparelhos de Estado e finalmente do poder de Estado.

Era sobretudo no fortalecimento da sociedade política que concentrava-se a preocupação da burguesia, o que significava fortalecer o Parlamento.

Por estarem, porém, demasiado absorvidos pela função eletiva dos partidos, os autores clássicos privilegiaram o sufrágio popular dentro de uma amplitude de direitos do cidadão. E olvidaram que, em contraponto com o surgimento da sociedade política, surgia a sociedade civil,²⁰ numa visão diversa daquela que tem como básica teórica a juridicidade do conceito: cidadão é aquele que vota.

Existem diversos entendimentos quanto aos termos "sociedade política" e "sociedade civil". Privilegiaremos o entendimento dada por Gramsci²¹.

A sociedade política, para ele, confunde-se, no Estado, com as funções de comando e direção.

A função de comando está diretamente ligada à noção de coerção, ao aparelho repressivo do Estado.

Porém, alerta Gramsci, nenhuma classe é hegemônica e se mantém no comando do Estado se não estabelecer um vínculo orgânico com a sociedade civil. É na sociedade civil que vão se formar as condições de reprodução ideológica, de consenso, que permitirá à sociedade política assumir a direção.

Isto porque, para ele "sociedade civil" é "o conjunto de organismos vulgarmente ditos privados, que corresponde à função de hegemonia que o grupo dominante exerce sobre toda a sociedade"²².

Ou ainda, sociedade civil:

a) No entendimento dado por Louis Althusser de aparelho ideológico do Estado, ou seja,

"Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas."²³

b) De direção ideológica da sociedade através:

- da ideologia pela estrutura ideológica que a cria e difunde (Escolas, imprensa, etc);
- do "material" ideológico, ou seja, livros, jornais, arte, entre outros.²⁴

Sendo que a ideologia é assim conceituada:

"...uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações da vida individual e coletiva."²⁵

A sociedade civil é, portanto, o conjunto de organismos através dos quais a sociedade política tece sua hegemonia.

Ambas, sociedade política e sociedade civil, formam a superestrutura.

Gramsci vai ressaltar a noção de superestrutura, ao contrário do marxismo ortodoxo que vê nas relações de produção o elemento motor da história social.

Num primeiro momento, coloca ele, a estrutura é a base que cria a superestrutura e a condiciona. Mas, como existe uma certa autonomia de uma com relação à outra, no desenvolver-se das relações sociais e dos grupos sociais, a atividade superestrutural assume preponderância porque é nela que se realizam as condições de reprodução da vida social.²⁶

Por esta razão, também Gramsci privilegia a sociedade civil dentro da superestrutura como motor das transformações²⁷. Enquanto a sociedade política tiver condições de, dentro da sociedade civil, assegurar sua reprodução ideológica, ela supera os obstáculos à sua manutenção. Porém, como a sociedade polí

tica é incapaz de criar em si mesma condições de transformação estas são exclusivas da sociedade civil. É ela que traz em seu bojo as transformações.

Este raciocínio não é aleatório. Gramsci deixa claro que existe "a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites de desenvolvimento da estrutura..."²⁸ e que conduz a dois princípios dialéticos:

- "1) o de que uma sociedade não se propõe a nenhuma tarefa para a qual não existam já as condições necessárias e suficientes que estariam, ao menos, em vias de aparição ou desenvolvimento;
- 2) o de que nenhuma sociedade se dissolve nem pode ser substituída enquanto não tiver desenvolvido todas as formas de vida implicitamente contidas em suas relações."²⁹

O conceito de Estado, em Gramsci, não se restringe à sociedade política, pois, como já colocado anteriormente, ele considera que na sociedade política há a primazia da coerção e que é na sociedade civil que vai se realizar a hegemonia.

Portanto, para ele "Estado, isto é, sociedade civil mais sociedade política, hegemonia encorajada de coerção."³⁰

E o que seria a hegemonia? Seria a capacidade de a classe dominante difundir a sua forma de ver o mundo na sociedade civil e que culminaria com o consenso das outras classes em torno da ideologia da classe fundamental.³¹

Isto não é feito sempre de forma absoluta, pois ela depende de uma classe fundamental existir e que terá o papel a desempenhar num dado período histórico.

A ausência da capacidade de criação da hegemonia em uma classe, retira dela o caráter de direção e resulta na predominância do domínio, quando "a sociedade política toma a dianteira em relação à sociedade civil e utiliza o bloco ideológico para neutralizar as outras classes, abstendo-se de qualquer compromisso com estas".³² Ocorre, então, no entender de Gramsci, a ditadura.

Ao diferenciar sociedade política e sociedade civil, Gramsci alcança duas metas importantes. A primeira é que, se para o liberalismo, o cidadão era figura individualizada, sem vínculos com sua relação de produção, sem vínculos de classe, isto é, a concretização jurídica da igualdade³³, para Gramsci inexistente cidadania sem sociedade civil, sem os organismos que compõem esta e que irão aglutinar sob a hegemonia, as relações sociais. A segunda é a distinção feita por Gramsci entre estrutura e superestrutura de reprodução social, acentuando que as condições de reprodução social são essenciais para a formação de um novo grupo hegemônico, novo bloco histórico³⁴, recusando, assim a dicotomia econômico-política. Isto significa dizer que as relações de hegemonia incluem dois aspectos - o político e o cultural.

Portanto, a luta política não deve ser realizada apenas no sentido da tomada do aparelho de Estado, mas sobretudo para a criação de um novo sistema hegemônico da sociedade civil, conforme coloca Louis Althusser, que distingue poder de Estado de aparelho de Estado:

"4) o proletariado deve tomar o poder de Estado para destruir o aparelho de Estado burguês existente em numa primeira fase, substituí-lo por um aparelho completamente diferente, proletário, depois em fases ulteriores, iniciar um processo radical, o da destruição do Estado..."³⁵

E Gramsci antevê a importância prática para as lutas populares de se distinguir a sociedade política da sociedade civil e de conhecê-las:

"Essa diferença fundamental de situação, conforme a correlação de forças no interior da superestrutura implica, para os grupos que querem derrubar o sistema hegemônico em proveito de um novo bloco histórico, a adoção de uma estratégia diferenciada. Nas sociedades 'primitivas', é em torno do aparelho de Estado que a luta se concentra; nas sociedades mais complexas, o

essencial do combate dirige-se contra a sociedade civil..."³⁶

O que equivale afirmar que uma sociedade civil fraca propicia o surgimento de golpes de Estado, dirigidos ao aparelho de Estado.

Gramsci denomina "Estadolatria" a situação de predominância da sociedade política e ele a justifica nos casos onde a sociedade civil está num estágio inferior de desenvolvimento, mas cujo período de duração deve ser curto.

Estes são os conceitos fundamentais em Gramsci e que mais interessam para o estudo em pauta.

Mas o autor se ocupa também particularmente dos partidos políticos e do Parlamento.

1.2.1. Partido Político em Gramsci

Gramsci define partido político pelos elementos que o compõe e que considera como sendo fundamentais:

"1) um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade, não pelo espírito criador ou altamente organizativo (...)

2) o elemento de coesão principal que centraliza no campo nacional, que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que, abandonadas a si mesmas, representariam zero ou poucomais (...)

3) um elemento médio, que articule o primeiro com o segundo elemento, colocando-os em contato não só 'físico', mas moral e intelectual..."³⁷

Donde se conclui que o primeiro elemento seria formado pelos correligionários em geral; o segundo pelos líderes e dirigentes e o terceiro seriam as pessoas que atuam como elo de ligação ou aqueles que trabalham pelo partido.

O partido político seria o moderno príncipe, "aquele determinado partido que pretende (e está racional e historicamente destinado a este fim) fundar um novo tipo de Estado."³⁹

E alerta:

"...a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social."³⁹

Para Gramsci, a função do partido político seria de representar um grupo social, mas às vezes, um partido político extrapola esta função e assim:

"...determinado partidorepresenta um grupo social na medida em que exerce uma função de equilíbrio e de arbitragem entre os intresses de seu grupo e outros grupos..."⁴⁰

Outra função que o partido pode exercer é a função de polícia, na media em que "tutela uma determinada ordem política e legal"⁴¹ e sua ação seria meramente burocrática. Gramsci recusa, nestas situações, o nome de partido político para estas organizações.

Igualmente, o partido político é visto como um agente aperfeiçoador dos dirigentes:

"estabelecido o princípio de que existem dirigidos e dirigentes, verifica-se que os 'partidos' são até agora o modo mais edequado para aperfeiçoar os dirigentes e a capacidade de direção..."⁴²

Uma divisão feita por Gramsci é de "partidos tradicionais" e de "partidos progressistas", conforme se interessem em manter o "status quo" ou se proponham a criar uma nova sociedade.

Gramsci não deixa de se preocupar com os momentos em que os partidos tradicionais deixam de ser reconhecidos como expressão de uma classe ou fração dela, quando ocorre uma crise de hegemonia, vulgarmente definida como "crise de autoridade" e que possibilita as soluções de força. Ele indaga:

"Como se formam estas situações de contraste entre representantes e representados, que do terreno dos partidos (organizações de partidos no sentido restrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística) refletem-se em todo o organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e mili-

tar), a alta finança, da Igreja e em geral de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente faliu em determinado grande empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente camponeses e de pequena burguesia intelectual) passaram de repente da passividade política a certa atividade e apresentam reivindicações que no seu complexo desorganizado, constituem uma revolução..."⁴³

Agora, onde se insere o partido político?

Enquanto órgãos formadores da opinião pública, como a imprensa, Gramsci situa os partidos na sociedade civil. Isto se torna mais evidente durante um período histórico determinado, ou seja, o Estado liberal.

Porém, ele observa na sociedade civil uma certa estatização, "com o declínio dos partidos parlamentares tradicionais. vinculados ao Parlamento, monopólio do Estado sobre os novos órgãos de opinião pública e tentativa de estatização dos antigos" - onde se incluem os sindicatos.⁴⁴

Assim, a divisão entre sociedade política e sociedade civil na prática não é absoluta. E o Parlamento, segundo Gramsci expressa esta falta de interrelação absoluta:

"...Parlamento, órgão da sociedade política para elaboração da lei, é igualmente órgão da sociedade civil, como tradução oficial da opinião pública."⁴⁵

Ou,

"O exercício normal da hegemonia no clássico terreno do regime parlamentar caracteriza-se pela combinação entre força e consenso, que se equilibram variavelmente, sem que a força supere demais o consenso, tentando fazer, assim, com que a força se apóie no consenso da

maioria..."⁴⁶

De tal modo que:

"...mesmo na república democrática parlamentar burguesa mais avançada, o poder é sempre de uma minoria...

(...) Nesse sentido, Lênin diz: a república parlamentar é o melhor invólucro político para o capital, é a forma em que o capitalismo consegue exercer melhor a sua dominação. Hoje, nós diríamos, também sua capacidade de direção, isto é, sua hegemonia..."⁴⁷

Para Gramsci, o partido político tem tripla função: a primeira delas é agir como organizador das massas, elo orgânico que prepare ideologicamente o campo de transformações sociais. A segunda é de formadora de opinião, isto é, porta-voz. A terceira seria a de representar um grupo social.

Desta forma, ele seria o condutor do consenso.

A primeira função para o autor é muito importante, pois ele ressalta que não é sempre possível tomar o poder de Estado, mas há a possibilidade de conquista dos aparelhos do Estado.

A segunda função é comum no regime parlamentar-eleitoral e inexistindo a terceira função, inexiste, para Gramsci, partido político, concebido como o moderno príncipe.

Ele, portanto, observa o partido além do momento eleitoral, além da mera luta pela tomada dos aparelhos de Estado. Mesmo a tomada do poder do Estado é importante, mas não é fundamental. Fundamental seria o desaparecimento do Estado.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Trad. Cristian M. Oiticica. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. p.20
- (2) Id., *ibid.*, p. 17
- (3) Id., *ibid.*, p. 15
- (4) SARTORI, Giovanni. Partidos e sistemas partidários. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 46
- (5) Id., *ibid.*, p. 48 (grifos no texto)
- (6) Id., *ibid.*, p. 49
- (7) FLEISCHER, David. Partidos políticos. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979. p. 79
- (8) SARTORI, Giovanni. *op. cit.*, p. 48
- (9) Id., *ibid.*, p. 49
- (10) FLEISCHER, David. *op. cit.* p. 83
- (11) BARRETO, Vicente. Voto e representação. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1984, p. 47 (Curso de Introdução à Ciência Política. Org. Centro de Documentação e Relações Internacionais)
- (12) Id., *ibid.*, p. 57
- (13) Id., *ibid.* p. 59
- (14) Id., *ibid.*, p. 52 (grifos no texto)
- (15) LEFORT, Claude. Direitos do homem e política. In A invenção democrática. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 55
- (16) GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. Porto Alegre, L&PM, 1983. p. 34
- (17) DUVERGER, Maurice. *op. cit.* p. 427
- (18) PEREIRA, Raimundo et alli. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo, Global, 1984. p. 21
- (19) CHARLOT, Jean. Os partidos políticos. Trad. Carlos Alberto Lomback. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982. p. 19
- (20) GRUPPI, Luciano. *op. cit.* p. 55
- (21) PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Trad. An-

gelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

p. 19-43

(22) Id., *ibid.*, p. 22

(23) ALTHOUSSER, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de

Estado. Lisboa, Presença, 1980. p. 43

(24) PORTELLI, Hugues. *op. cit.* p. 22

(25) Id. *ibid.*, p. 24

(26) Id., *ibid.* p. 27

(27) Id., *ibid.*, p. 42

(28) Id. *ibid.*, p. 47

(29) Id., *ibid.*, p. 48

(30) Id., *ibid.*, p. 36

(31) Id., *ibid.*, p. 32

(32) Id., *ibid.*, p. 74

(33) GRUPPI, Luciano. *op. cit.* p. 34

(34) PORTELLI, Hugues. *op. cit.*, p. 42. A conexão entre estrutura e superestrutura é realizada entre as relações de produção da vida social e material.

(35) ALTHOUSSER, Louis. *op. cit.* p. 38

(36) PORTELLI, Hugues. *op. cit.* p. 38

(37) GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado moderno; Trad. Luiz M Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p. 26

(38) Id., *ibid.*, p. 22

(39) Id., *ibid.*, p. 24

(40) Id., *ibid.* p. 22

(41) Id., *ibid.* p. 28

(42) Id., *ibid.*, p. 26

(43) Id., *ibid.*, p. 54-55

(44) PORTELLI, Hugues. *op. cit.* p. 34

(45) Id., *ibid.*, p. 34

(46) PORTELLI, Hugues. *op. cit.* p. 34

(47) GRUPPI, Luciano. *op. cit.* p. 56

CAPÍTULO II

Este capítulo deverá abordar um assunto extenso e bastante complexo, qual seja, as origens da Revolução de 1964.

A própria variedade de enfoques e estudiosos denuncia, por si só, a importância política e teórica do que se convencionou designar Revolução de 1964, um termo menos conflituoso do que Golpe. Ainda assim, os autores mais críticos admitem que o que houve em 1964 foi um golpe de Estado contra o Presidente eleito, João Goulart.¹

O motivo pelo qual reservou-se um espaço tão pequeno para este aspecto do trabalho foi o de que o presente estudo enfoca, preponderantemente, o período de 1964 a 1979. Portanto, os períodos anterior e posterior, embora muito significativos, deverão ser abordados de forma mais genérica, no sentido de se desvendarem as razões que conduziram ao golpe militar.

Tendo presente a importante lição de Guillermo O'Donnell, de que para formularmos teorias sobre o fenômeno político dos golpes que atingiram tanto o Brasil, Chile, e a Argentina quanto Portugal, Grécia e Espanha, é necessário "'historicizar' as ciências sociais(...) isto é, fazer do tempo histórico o 'lugar' em que se localizam analiticamente..."², o que significa, primordialmente, abandonar a concepção vulgar da existência de um único tipo de capitalismo, monolítico e ascendente, que tem suas bases no positivismo. Mesmo por quê, a estrutura econômica e suas condições de reprodução material no capitalismo não se encontram alheias e desvinculadas da reprodução das condições políticas e considerar uma sem a outra, ou a sobreposição de qualquer delas seria incorrer no mecanicismo.

Igualmente, é impossível pensar numa variável política, como o bipartidarismo brasileiro, sem consultar que estrutura de Estado permitiu seu surgimento. Tanto que o bipartidarismo que vigorou de 1965 a 1979 tinha características próprias, diferentes do bipartidarismo que houvera anteriormente no Brasil ou do bipartidarismo anglo-saxão.

É fundamental estabelecer um conceito de Estado, antes de indagar qual é o tipo de Estado daquele momento histórico. Este questionamento encerra uma variedade imensa de concepções. Em princípio, a fim de estabelecer a devida coerência teórica, será mantida a concepção de Gramsci de Estado, conforme aventada anteriormente:

"Estado, isto é, sociedade civil mais (sociedade) política, hegemonia encorajada de coerção."³

Esta definição coloca no âmbito do conceito, os de sociedade civil, ou sejam, os organismos de reprodução ideológica e de formação da hegemonia e sociedade política, que engloba as funções de domínio (coerção) e comando (classe dirigente ou dominante).

O que se depreende desta importante definição é que sem a hegemonia que permeia a sociedade civil e cria o laço orgânico entre esta e a sociedade política, o Estado teria seu suporte retirado unicamente da coerção e, no entender de Gramsci, a coerção por si só não se mantém indefinidamente. Colocado de outro modo, poder-se-ia afirmar que o "pacto de domínio" estaria prejudicado⁴, na definição dada por Fernando Henrique Cardoso de Estado:

"A conceituação de Estado é um assunto complexo, mas existe um certo grau de entendimento de que no nível mais alto de abstração a noção de estado se refere à aliança básica que existe entre as classes sociais ou frações de classes dominantes e as normas que garantem o seu domínio sobre as camadas subordinadas."⁵

Portanto, através do relacionamento entre sociedade política e sociedade civil, é possível estabelecer o tipo de regime político do Estado, regime entendido como sendo

"...às regras formais que ligam as principais instituições políticas (legislativo ao executivo, executivo ao judiciário e o sistema partidário a todos eles), bem como à questão da natureza política dos laços entre cidadãos e os governantes (democracia, oligarquia,

totalitarismo ou seja qual for)." ⁶

Definidos estes conceitos básicos, poder-se-ia colocar, sem delongas, como se configurava o Estado Brasileiro às vésperas de 1964 e qual o regime que o golpe instaurou.

2.1. Aspecto Estrutural

Sob o aspecto estrutural, o Brasil se enquadrava, conforme concordam os autores estudados ⁷, no sistema capitalista, periférico e dependente. Capitalista porque uma extensa industrialização, baseada na criação de fontes de energia e manufatura de aço, bem como o enbrião de um amplo parque automobilístico, iniciado durante o Governo Vargas e impulsionado pelo Governo Kubitschek, deslocavam sensivelmente do campo para as cidades, da agricultura para a indústria a economia do país. É óbvio que esta mudança era gradual e dentro deste contexto, também a agricultura modificou-se. Mesmo a reforma agrária, postulada pelo Governo João Goulart e fruto de tantos conflitos, não era mais do que, no entender de Darcy Ribeiro, uma forma de "defender a propriedade e assegurar a fartura, evitando o desespero popular e a convulsão social" ⁸. Portanto, o latifúndio improdutivo também devia desenvolver-se e isto significaria entrar na mecanização e desarmar, ainda que a longo prazo, as relações pré-capitalistas existentes no campo.

Periférico porque embora ingressando no sistema capitalista ocidental a nível econômico, isto não significava que o faria a nível decisório.

A dependência se inseria no plano econômico e no plano político. Em primeiro plano, através de sucessivos empréstimos principalmente dos Estados Unidos e que tinham por base a proposta política de financiar o progresso, e que foi precursora da Aliança para o Progresso. Esta proposta política teve repercursões importantes, na medida em que fundamentou as relações entre o Brasil e Estados Unidos pré e pós-golpe.

Concretamente, isto significava abrir espaço para o capital internacional, entendido como o único capaz de financiar

ingresso do país no rol dos países desenvolvidos.

Isto era feito de dois modos: favorecendo a implantação de empresas multinacionais no país, assegurando que elas teriam um bom retorno do capital empregado. Consequentemente, o governo concederia facilidades fiscais e garantiria um baixo custo de mão-de-obra com o achatamento dos salários.

Desta forma, na totalidade da economia eram as multinacionais que detinham a parcela maior:

"1) 55 grupos multinacionais têm um papel estratégico na economia brasileira, ocupando os primeiros lugares numa série de ramos importantes e controlam, assim, parte substancial da produção e circulação de bens."⁹

Mas estas medidas encontravam duas fontes de oposição. A primeira no empresariado nacional, principalmente da agro-indústria, que se julgava burlado e cuja postura seria nacionalista, enquanto este nacionalismo significasse defender seus interesses de classe.

A segunda, na própria política do governo, que por seu cunho populista, isto é, ter suas bases na massa do assalariado, mas mantendo as condições de controle e dominação, mantinha ativiados os setores populares.

Tendo clara a noção dialética de que existe "a necessidade de o movimento superestrutural do bloco histórico evoluir nos limites do desenvolvimento da estrutura..."¹⁰, sendo que o desenvolvimento estrutural foi delimitado supra, vamos agora abordar a questão do Estado como supra-estrutura, ou como "pacto de domínio" das diversas classes sociais para que se efetive o domínio de uma dessas classes sobre as demais, e sendo entendido sobre o duplo aspecto, coerção e hegemonia.

2.2. Aspecto Superestrutural

O conceito de classe dominante, assim como o conceito de capitalismo não deve traduzir a noção de bloco monolítico. Conquanto classe seus interesses de dominação são semelhan-

tes. Mas também conquanto classe, ela abriga interesses diversos das formas de sobrevivência e organização da estrutura. Dentro dela pode existir o velho e estar sendo gestado o novo e é esta pluralidade que assegura em parte, o prolongamento da dominação.¹¹

Nos antecedentes de 1964 é possível se constatar uma luta a cirrada no país entre frações da classe dominante. De um lado, as classes produtoras tradicionais (latifundiários, alguns industriais), que se alinhavam no Parlamento dentro do Partido Social Democrata (PSD).¹² Do outro lado, uma fração da classe emergente que via a necessidade de "modernizar" o país, mediante a aplicação de maiores investimentos feitos pelo Estado (energia e transporte) e com a total integração do capital internacional.

Thomas Skidmore os classifica como "os de dentro" e "os de fora"; isto porque os últimos surgiram no Governo Vargas, pois

"Mesmo sob o sistema autoritário imposto pelo golpe de 1937, o seu estilo político necessitava de uma astuta combinação de coerção e bajulação."¹³

Dentre "os de fora", ligados a uma nova realidade, essencialmente urbana, estava a ala politicamente conservadora vinculada à União Democrática Nacional e que nascera como oposição ao governo Vargas e como tal, não se inibia em solicitar apoio publicamente aos militares, que viam como "única força nacional não desorganizada pela demência autoritária"¹⁴.

Esta identificação é feita também por Octávio Ianni do seguinte modo:

"a) O nacionalismo reformista, com base na democracia populista; e b) a ditadura 'tecnocrata', com base na associação ampla com os setores externos. Esses são os dois polos do que poderíamos denominar a 'revolução brasileira'. As flutuações entre estes dois padrões são alimentados por um lado, pelas lutas de esquerda e por outro, pelas próprias contradições inerentes ao nacionalismo reformista."¹⁵

Porém, até a renúncia de Jânio Quadros, a crise interna das classes dominantes estava sendo superada pela "...caracterização do Estado populista como resultado de um equilíbrio entre diversas classes que não conseguiram estabelecer uma hegemonia partidária..."¹⁶, isto é, um tipo de política que trazia para dentro do âmbito da sociedade política todas as manifestações políticas, eliminando a sociedade civil como arena de conflitos.

Por que o espaço aberto no Estado para os movimentos populares era limitado para ser melhor controlável. Olvidava-se assim, que o Estado populista não tinha condições de atender o que prometia politicamente, ou seja, a real participação no crescimento da economia¹⁷ porque estava indissoluvelmente comprometido com o capital nacional e internacional que ele representava. Assim, havia defasagem entre um discurso oportunista e uma prática autoritária, incapaz de administrar os avanços da sociedade, o que tornava a crise maior porque extrapolava os limites da divisão de poder entre iguais e ressaltava a fragilidade do "pacto de domínio" e, portanto, das condições de exercício da hegemonia.

Deduz-se, então, que o eixo central da crise política que desaguou no golpe de 1964 não foi unicamente a crise interna das classes dominantes, mas sobretudo a existência de conflitos sociais que pela lógica populista, deveriam permanecer delimitados no interior da sociedade civil e administrados verticalmente pela sociedade política, mas que reivindicavam fora deste espaço sua sobrevivência de forma autônoma, de tal modo que o governo Goulart chegou a ser visto assim:

"Neste sentido, ao radicalizarem-se as posições políticas em função do esgotamento do pacto populista, o Estado, ao mesmo tempo em que se torna o objetivo da ação estratégica dos interesses contraditórios das classes (e dos diferentes setores das classes dominantes), conhece uma crise na sua legitimidade, na medida em que mais esconde seu caráter de classe (do ponto de vista

das classes trabalhadoras) nem apresenta condições para garantir a dominação burguesa (do ponto de vista das classes burguesas)."¹⁸

E, no entender de O'Donnell, é ainda uma "resposta a processos de alta e rápida ativação política do setor popular, que é percebida por outros setores como uma 'ameaça' à continuidade dos parâmetros sócio-econômicos destas sociedades e de suas filiações internacionais"¹⁹. O grau desta "ameaça" vai influir diretamente na maior ou menor repressão, salientando-se que a construção dos pressupostos ideológicos do golpe tem como eixo central a luta contra o comunismo.

A agitação popular serviria de alicerce factual para uma teoria de que a conjugação de certos fatores favoreceriam a implantação da revolução popular que, se vitoriosa, conduziria à adoção do regime comunista, sob a proteção e às expensas de Moscou.

Os fatores a serem conjugados seriam, principalmente:

a) crise econômica, provocando insatisfação popular e pobreza em amplas parcelas da população;

b) crise social, que impediria a conciliação dos interesses de classes opostas e a formação do "pacto de domínio" hegemônico;

c) grande mobilização popular, concentrada nas grandes cidades, que possibilitaria a tomada de consciência das classes populares e a eclosão de um movimento mais amplo;

d) esvaziamento da arena política, a nível de Executivo e Parlamento, de tal modo que a luta deixava de se concentrar em torno do aparelho de Estado para se concentrar no poder de Estado.²⁰

Esta teoria encontrava-se tanto nos anseios da esquerda quanto nos temores da direita. Pois, para Antônio Carlos Andrada é fundamental que

"Façamos a revolução antes que o povo a faça."²¹

Ou, no entender de Moniz Bandeira, a existência de:

"a) uma crise nacional profunda, para a qual não se vê

saída dentro do sistema institucional burguês;

b) a crise política das classes dominantes e do seu sistema de governo..."²²

E a revolução popular nunca parecera tão próxima quanto em 1961, quando Jânio Quadros renunciou, certo de que seria reconduzido ao poder. Porém, isto não ocorreu e, em nome da legalidade, João Goulart assumiu o governo, após a superação do que foi a primeira de uma sucessão de golpes e contra-golpes.

O período 1961-1964 foi repleto de crises, tanto econômicas quanto políticas. Paralelamente às crises, o país viveu momentos de intensa mobilização popular, com cunho ideológico e a crise do sistema partidário.²³

João Goulart assumiu o governo com o compromisso de sanear as finanças do país e realizar importantes reformas sociais, porém os compromissos eram incompatíveis entre si: as reformas sociais mobilizaram a população e esta não estava disposta a realizar mais "sacrifícios", apertando os cintos. Isto porque, em 1963, o índice geral de preços foi de 78%, sendo que a previsão era de que seria de 25% e a taxa de crescimento (o PIB) decresceu para 1,5%.²⁴

A partir deste momento, a frágil aliança entre o governo e as classes dominantes se desfez e o governo foi taxado de incompetente; denunciava-se o caos administrativo, numa clara preparação das bases para o golpe.

Porém, mais do que a crise econômica, foi o Plano de Reformas e a mobilização popular que ele causou que provocaram as mais acirradas discussões, bem como as mais ácidas acusações

A Mensagem Presidencial de 15 de março de 1964 aponta quais eram as tão faladas mudanças:

a) quanto à Reforma Agrária:

"O uso da propriedade é condicionado ao bem-estar social. A União promoverá a justa distribuição da propriedade e o seu melhor aproveitamento, mediante desapropriação por interesse social..."

b) quanto à reforma política: extensão do voto aos anal-

fabetos, bem como aos praças e sargentos.

E para assegurar tais reformas, bem como plenos poderes ao Executivo, o Presidente propunha um plebiscito.²⁵

O General Mourão Filho, em relato, evidencia o pensamento dos militares sobre a "ameaça":

"...eu estivera ao lado da Legalidade, com L maiúsculo e eles estiveram ao lado da legoulartalidade, que por coincidência mera estava do nosso lado constitucional legítimo. (...)

Fiquei estarecido, assombrado, atemorizado. Falaram francamente em obter as reformas e o plebiscito na marra, se fosse preciso!

(...) ...fui para casa dormir absolutamente disposto a começar uma contra-conspiração para impedir que uns loucos furiosos transformassem este país numa fogueira."²⁶

Progressivamente, o governo Goulart perdia as bases de sustentação para continuar governando, pois assim como nas Forças Armadas, também no Parlamento, a crise política manifestava-se-

A nível de relacionamento do Legislativo com o Executivo, havia discrepância devido à maneira conservadora daquele, pois o PSD e a UDN detinham 54% da representação da Câmara Federal, sendo então os partidos mais conservadores.²⁷

Com isto, os movimentos sociais passavam cada vez mais ao largo do seu "canal de representação e expressão" e ao elenco de críticas somava-se a denúncia da existência de uma "crise de representatividade", com o intuito de desacreditar o Parlamento e sua importância política.

Posteriormente, os partidos políticos se alinharam em duas entidades supra-partidárias, a FNP (Frente Parlamentar Nacionalista) e a ADP (Ação Democrática Popular), a primeira de cunho progressista e a segunda de cunho conservador.

"O mecanismo se instalou com a dissolução interna dos partidos políticos, instrumentos básicos da democracia e o aparecimento de grupos que se aliavam por cima das

legendas e que começavam a atuar, fora do Parlamento, em estrita ligação com outros grupos, estes sem representação eleitoral nem existência legal, mas com irresistível poder de pressão sobre um governo ambicioso, irresoluto e incapaz." (Grifos nossos)²⁸

Onde se encontra clara referência aos partidos na ilegalidade, como, por exemplo, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou o Partidos Comunista do Brasil (PCdo B).

Seria uma das provas da suposta conexão entre a movimentação política nacional e o comunismo internacional e as bases para o golpe estavam lançadas.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) Esta afirmação é respaldada no transcorrer do texto por diversos autores.
- (2) O'DONNELL, Guillermo. Desenvolvimento político ou mudança social? In PINHEIRO, Paulo Sérgio, Coord. O Estado autoritário e movimentos populares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, p. 42
- (3) PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. p. 36
- (4) CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização do Estado autoritário na América Latina. In COLLIER, David, Org. O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 46
- (5) Id., *ibid.* p. 46
- (6) Id., *ibid.*, p. 46
- (7) O'DONNELL, Guillermo. RIZZO, Elizier de Oliveira. SKIDMORE, Thomas; IANNI, Octávio.
- (8) TOLEDO, Caio N. de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 34
- (9) IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 164
- (10) PORTELLI, Hugues. *op. cit.* p. 47
- (11) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. As Forças Armadas, política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Vozes, 1978, p. 35
- (12) SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 280
- (13) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. *op. cit.* p. 35
- (14) Id., *ibid.*, p. 80
- (15) IANNI, Octávio. *op.*, *cit.*, p. 12
- (16) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. *op. cit.*, p. 50
- (17) TOLEDO, Caio N. de. *op. cit.* p. 38
- (18) Id., *ibid.*, p. 39

- (19) O'DONNELL, Guillermo. op. cit.p. 39
- (20) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. op. cit., p. 47
- (21) BANDEIRA, Moniz. O caminho da revolução brasileira. Rio de Janeiro, Melso, 1962. p. 15
- (22) Id., ibid., p. 121
- (23) TOLEDO, Caio N. de. op. cit., p. 51
- (24) Id., ibid., p. 53
- (25) GUERRA, José Augusto. Apresentação. In Mensagens Presidenciais (1965-1979). (s.n.t.) p. 7 (grifos no texto)
- (26) Id., ibid. p. 9 (grifos no texto)
- (27) TOLEDO, Caio N. de. op. cit. p. 62

CAPÍTULO III

Historicamente as Forças Armadas (FFAA) sempre se consideraram como sendo o bastião do patriotismo, a salvaguarda para os momentos de crise política, a ponto de ter sido escrito em 1923:

"A política no Brasil está hoje reduzida à arte de adular com mais ou menos sucesso os militares. É inútil que os brasileiros estejam alimentando ilusões pueriz. Os partidos políticos, hoje, só poderão galgar o poder agarrados à cauda do cavalo de um general..."¹

Thomas Skidmore também identificou em uma fração da classe dominante inclinação para o uso das Forças Armadas como recurso político.²

Ao longo da história brasileira, as intervenções militares marcaram momentos de reordenação política para assegurar o poder para as elites dominantes. Porém, sua atuação era restrita tanto em representação quanto em tempo decorrido. Mas, em 1964, os militares dispunham de um ideário de governo, de transformação do país em potência mundial, conforme os postulados da Escola Superior de Guerra (ESG) e de condições estáticas e estratégicas para executá-lo. Isto por que havia o assentimento de parte considerável dos comandos das Forças Armadas, em torno da necessidade de serem eliminados os subversivos e estes tinham o apoio de parcelas tanto da sociedade política, quanto da sociedade civil.

Além disso, as Forças Armadas sentiam-se ameaçadas porque a crise se alastrava para dentro da corporação e minava os conceitos de autoridade e hierarquia. É sintomático o alerta dado pelo Gen. Arthur da Costa e Silva, um dos mais ativos "revolucionários":

"...a CGT, em conluio com elementos reconhecidamente comunista levou a agitação não mais à classe operária, mas a ao seio das Forças Armadas, começando pela gloriosa Marinha do Brasil!"

"(...) Tudo leva a admitir que, amanhã, será a vez do

Exército ou da Aeronáutica. E, então, teremos o destrocamento total das Forças Armadas, pela violenta destruição das principais estruturas que são a razão mesmo das organizações militares: a hierarquia e a disciplina..."³

Mas, a razão lógica, o embasamento teórico, para a intervenção dentro do entendimento estratégico dos "revolucionários era que o papel de exterminar a subversão cabia às Forças Armadas, devido ao aspecto de guerra revolucionária" que esta apresentava.

Para a Escola Superior de Guerra, a mentora da Doutrina de Segurança Nacional, a guerra convencional deixou de ser o único modo de enfrentamento possível e, por isso, a situação de conflito, no sentido bélico do termo, (de assumir o domínio), era uma constante e não "um simples hiato trágico num mundo de tranquilidade e paz"⁴. Ao alinhar à guerra convencional a guerra revolucionária e ao identificá-la como estando em curso no país, os comandos das Forças Armadas consideraram-se autorizados a intervirem no país:

"Esta é a concepção de uma nova guerra - da guerra revolucionária - sob o qual se acoberta o traiçoeiro expansionismo comunista de dominação do mundo.

"(...) Daí porque a 31 de março de 1964, o Exército, como parte integrante do povo, rebelou-se contra um governo que (...) permitia a destruição e o aviltamento progressivo de nossa Pátria..."⁵

Para a Escola Superior de Guerra, esta possibilidade se torna mais evidente "Nos países de fraco Poder Nacional, onde as estruturas políticas são instáveis..."⁶, que poderia se traduzir numa crítica às elites dirigentes, vistas como estando despreparadas e configurando-se "a intervenção das Forças Armadas como uma contestação da própria dominação burguesa, na medida em que esta se mostrava incapaz de - nos limites do regime instituído nos moldes liberais de 1946 - presidir as relações fundamentais do sistema capitalista."⁷

O ideário da Revolução baseou-se sobre o binômio segurança e desenvolvimento, que deveriam ser seguidos mesmo à custa de sacrifícios."⁸

A noção de segurança é claramente explicitada pelo Gen. Geisel:

"A segurança nacional longe está, na verdade, de ser apenas segurança militar, escudada nas armas. Em sentido mais amplo é realmente, a capacidade moral, espiritual e material de um povo em sobrepor-se às forças antagônicas que lhe tolham o caminho do desenvolvimento, do bem estar e da grandeza".⁹

Portanto, segurança no sentido de restaurar os ideais democráticos, os quais estavam sendo solapados por ideologias estranhas à índole do povo.

Segurança como pressuposto de liberdade, entendida como ordem:

"A ordem é um pressuposto da liberdade. (...) O imperativo da ordem corresponderá à vocação de liberdade do povo brasileiro".¹⁰

E desenvolvimento porque se imporia a necessidade de "se promover a elevação do nível de vida das populações dos países subdesenvolvidos ou em fase de desenvolvimento, como condição e segurança da paz universal"¹¹

O desenvolvimento se prendia à compreensão, portanto, de que eram as crises do capitalismo e a marginalização econômica das populações que favoreciam o germinar das revoluções marxistas.

Foi o fundamento da Aliança para o Progresso, expressada na frase:

"Aqueles que tornam impossível a revolução pacífica, farão inevitável a revolução violenta"¹²

O predomínio da segurança ou do desenvolvimento, conforme o entendimento das correntes que havia no interior das Forças Armadas, evidenciado pelo descompasso entre os que acreditavam haver "compatibilidade de desenvolvimento com os processos democráticos" (Gen. Castelo Branco)¹³ e os que afirmavam que o "desenvolvimento tem indiscutível dominância, de todo essencial, enquanto a segurança constitui simples condicionamento sem que, em situações de crise, pode todavia assumir transitoriamente, posição predominante"¹⁴, ou conforme o Gen. Golbery de Couto e Silva,

"...não há como fugir à necessidade de sacrificar o Bem-Estar em proveito da Segurança, desde que esta se veja realmente ameaçada"¹⁵, marcou os diversos períodos do regime, assinalados como de "abertura" ou de "repressão"¹⁶.

Sob a argumentação da Doutrina de Segurança Nacional, encontra-se um conceito de Estado como "organização de natureza política que promove a conquista e a manutenção dos objetivos Nacionais" e "cuja realização depende da superação de antagonismo internos (nacionais) e externos (internacionais)"¹⁷, de tal modo que o Estado encerra toda a sociedade na medida em que suas aspirações (sua expressão, diríamos) são representadas pelos Objetivos Nacionais, definidos no âmbito estatal, que também definirá quais são os inimigos, no pressuposto de que os inimigos do Estado são inimigos da sociedade como um todo.

"Ele representa a Nação, e não é o instrumento dos Partidos e das organizações privadas."¹⁹

A Nação, una e indivisível, deve ser traduzida conforme seus legítimos interesses, que serão estabelecidos graças à capacidade do governante, que canaliza o poder político.¹⁹

A política é entendida como "a arte de governar um Estado..."²⁰, o que equivale afirmar que não existe política fora do poder dos aparelhos de Estado.

E a derivação Poder Nacional é entendida como sendo:

"...a expressão integrada dos meios de toda ordem de que a nação dispõe no momento considerado, para promover no campo material e no âmbito externo a consecução dos objetivos nacionais, a despeito de antagonismos".²¹

Portanto, supõe-se que o antagonismo é eminente, antagonismo não entendido na sua acepção dialética mas restritivamente, no sentido bélico. Outro pressuposto é que os objetivos nacionais emanam não da vontade popular, mas de uma percepção clarividente desta vontade.

Desta forma, como esta percepção e mesmo o fazer política, estão condicionados à esfera dos aparelhos burocráticos de Estado, dentro do Executivo, baseado em uma organização racional

e sistêmica²², inúteis e sem efeito se tornariam os partidos políticos.

Como instrumento democrático, eles falhariam na medida em que eram encarados como facções, no dizer do Mal. Castelo Branco:

"Serei o Presidente de todos eles (brasileiros) e não o chefe de uma facção".²³

Como forma de expressão da opinião pública igualmente seriam inoperantes porque era à clarividência dos governantes que se debitaria a formação da vontade nacional.

Também seriam inúteis como forma de pressão popular porque "Longe já se vão os tempos em que o governo de um Estado podia se deixar levar pela onda de pressões e contrapressões internas e externas, inspiradas quase sempre por intentos menores ou intenções inconfessáveis".²⁴

Para formar os quadros dirigentes, os partidos políticos seriam considerados incapazes na medida em que a elite estava perdida pela sua "indisciplina mental" e parte dela se constituísse "num bando de aproveitadores que em vez de a ele (País) servir, se serviam dele como de coisa própria..."²⁵

Tanto os autores tido como clássicos quanto os autores marxistas, concordam que o fim último do partido político é a posse do poder.

Com eles concorda o Prof. Alcides Abreu quando afirma que o objetivo-síntese do partido seria "a posse do poder e a permanência no comando da sociedade nacional"²⁶. Porém, após o Golpe de 64 como foram suprimidas grande parte das eleições e o poder ou o "comando da sociedade nacional" ficou restrito à cúpula do comando militar prejudicado este fundamento para a existência de partidos políticos.

Por outro lado, não se deveria, no entender de Oliveira Vianna, um dos pensamentos basilares para o entendimento dos conceitos de segurança nacional,

"...confundir a seleção dos órgãos de representação le-

gislative com a seleção dos órgãos do Executivo: a função executiva exige dos ocupantes predicados que não se devam confundir com os simples predicados de representantes do povo"²⁷, (Grifos do autor)

Desta forma, o projeto de governo que a Revolução intentou através do uso dos pressupostos da Geopolítica, de ocupação do território, transformação de potência emergente em potência mundial, era ambicioso, sobretudo por afirmar pretender realizar um governo "no qual as aspirações de cada um venham a encontrar um instrumento de concretização"²⁸, bem como a restauração da democracia.

Economicamente isto significava

"...a transformação efetiva para o modo de desenvolvimento economicamente associado. Implica na combinação e reagrupamento de empresas brasileiras e estrangeiras, como a formação de uma nova concepção de interdependência política, cultural e militar na América Latina e com os Estados Unidos..."²⁹

Assim, o "tripé econômico" sobre o qual o "pacto de domínio" se sustentou foi a aliança entre capital privado nacional, capital internacional e capitalismo de Estado, os quais formarão um trio em torno de interesses comuns: a normalização do processo político com os afastamentos das forças progressistas ("comunistas") e a continuidade do desenvolvimento econômico, aliado à segurança.³⁰ Porém, no início da década de 1960, a proporção real entre os parceiros era a seguinte: das 66 maiores empresas instaladas no Brasil e que detinham 46,3% do capital de todas as S/A, 34 eram nacionais e destas, 19 estavam sob o controle do Estado, donde se conclui que o Estado e as empresas multinacionais é que detinham a maioria.³¹

Vitorioso o Movimento de 31 de março de 1964, a primeira etapa foi de serem expurgados os elementos nocivos. No entender do General Costa e Silva, Ministro da Guerra do Presidente Castelo Branco:

"Não se pode limpar uma casa enorme com tantas dependências e aposentos em poucos dias"³², e deste modo ele evidenciava o pensamento de uma ala radical dos revolucionários que acreditavam na necessidade de uma atuação prolongada dos militares.

Assim, desde cedo a aliança tremeu nas suas bases. Para os setores conservadores e liberais, descontentes com o Governo Goulart, representados no Parlamento especialmente pela União Democrática Nacional, a Revolução era necessária para assegurar a democracia e conter a bolchevização do regime, sendo, portanto, os militares bem-vindos. Mas seu papel devia se restringir a colocar a casa em ordem e entregá-la a um civil.

Entre os militares havia, como colocado anteriormente, divergências a respeito do tempo e do empenho necessários para que tal ocorresse. E a divisão era tão evidente que alguns estudiosos mencionam a existência de "partidos" dentro das Forças Armadas.

Em 1965, um ano e meio de Revolução, a crise se avizinhava com reiteradas solicitações de retorno aos quartéis. Esta foi a resposta do Ministro da Guerra, Gen. Costa e Silva:

"Só voltaremos aos quartéis se o povo o determinar. Então, sim, quando S. Exma. o Sr. Presidente da República, que é o Executivo neste País, der ordem de volta aos quartéis"³³.

Contrariamente à opinião da "linha dura", de que "estávamos em plena Revolução e precisávamos consolidar a Revolução, e o problema das eleições diretas iria trazer, sem dúvida, grande agitação popular"³⁴, argumento que seria mantido nas eleições posteriores, o Presidente Castelo Branco manteve as eleições para Governo de Estados.

Porém, "as medidas por vezes drásticas, de depuração de setores civis e militares" e "a necessidade de impor contenções e mesmo sacrifícios de ordem financeira e de ordem econômica"³⁵, faziam crescer a insatisfação popular e vislumbravam derrotas fantásticas no pleito.

O governo revolucionário introduziu, então, um procedimento que se tornou comum na vida política do país: A promulgação de leis de exceção como forma de serem mudadas as regras eleitorais e de modo a assegurar a permanência no poder.³⁶, pois, embora negasse a importância das eleições, esta assumiu a proporção de um plebiscito, um "sim" ou "não" ao regime.

Se até então, os militares tinham se preocupado em formar alianças que garantissem a base de legitimidade, para o Movimento de 1964, a partir deste momento, eles entenderam ser necessário caminhar por si sós e, ao invés de formar alianças legitimadoras, se auto-legitimar. Lentamente, o "golpe dentro do golpe", isto é, a arrancada final para o fortalecimento do regime autoritário se estruturou.

Primeiro através da Lei das Inelegibilidades, que marcou o início dos casuísmos eleitorais e cujo objetivo era obstar candidaturas consideradas indesejáveis.

E, num segundo momento, através do Ato Institucional nº 2 (27 de outubro de 1965).

A Revolução, segundo o mandatário supremo, Presidente Castelo Branco.

- a) ...se distingue de outros movimentos armados pelo fato de que traduz, não o interesse e a vontade de um grupo, mas o interesse e a vontade da Nação;
- b) ...investe-se por isso, no exercício do Poder Constituinte, legitimando-se a si mesma;
- c) edita normas jurídicas sem que nisto seja limitada pela normatividade anterior à sua vitória, pois graças à ação das Forças Armadas e ao apoio inequívoco da Nação, representa o povo, e, em seu nome exerce o Poder Constituinte de que o povo é o único titular."³⁷

Este entendimento permitiu aos militares respaldar o seu procedimento sem que houvesse necessidade de formarem-se alianças, seja com parcelas da sociedade política (parlamentares ou partidos políticos), seja com a sociedade civil. Estava fixado o momento histórico que permitiu que houvesse o "golpe dentro do

golpe" (1969) e também a legislação de exceção.

Os motivos para a promulgação do Ato Institucional nº 2 foram diversos, que poderiam, porém, ser englobados numa crise político-institucional única.

O primeiro motivo foi a derrota das candidaturas apoiadas pelo Governo Revolucionário nos Estados da Guanabara, do Paraná, de Santa Catarina, do Mato Grosso e de Minas Gerais, por larga margem de votos (em 1965).

A segunda, a crise entre os Poderes Executivo e Legislativo. Até então, mesmo com as constantes cassações, o Congresso Nacional mantinha uma atitude de alerta. Na apresentação da Lei das Ineligibilidades por exemplo, diversas emendas foram propostas no sentido de abrandar o texto legal - e posteriormente, vetadas pelo Presidente da República.

Porém, o ápice da crise foi a nova lista de cassação de parlamentares. Com o propósito de resistir a esta medida, os deputados, inclusive os cassados pelo Ato Complementar nº 23 (de 12 de outubro de 1966), reuniram-se numa "vigília cívica", desbaratada através de amplo aparato militar, comandado pelo Gen. Meira Mattos.³⁸

A atitude do Congresso Nacional foi traduzida como sendo a "criação de um verdadeiro poder anti-revolucionário"³⁹. Igualmente, detectou-se nela a desaprovação pelos processos eletivos implantados pelo regime militar, isto é, as eleições indiretas de 3 de outubro de 1966, que elegeram os Governadores de Estado, processo também utilizado na eleição de 15 de novembro do mesmo ano, que sufragou indiretamente o sucessor do Presidente Castelo Branco.

No entendimento do Chefe do Executivo, o procedimento para com os partidos políticos fora de "acatamento e respeito às organizações partidárias locais..."⁴⁰, excluídas as cassações de mandatos e direitos políticos, consideradas como necessárias e imprescindíveis pelo regime.

Porém, a ativação política desafiava os temores da "linha dura" e a estes o Presidente Castelo Branco tranquilizava,

afirmando:

"...podem estar tranqüilos os revolucionários: jamais admitiremos que qualquer parcela de poder seja usada para fins inconfessáveis e capazes de comprometer a continuidade da Revolução. "⁴¹

A atitude tomada pelo Executivo foi de recrudescer o controle sobre o Parlamento, através das cassações e também sobre a sociedade civil, tanto através das cassações quanto através das prisões e dos julgamentos, realizados pela Justiça Militar, marcando, assim, a sua supremacia. Isto significava que os apregoados inimigos internos da Revolução estavam perigosamente próximos.

"...encontrar solução capaz de normalizar a vida do Poder Legislativo que, pela justificada ausência de grande maioria de seus membros, se transformou apenas num foco de agitação anti-revolucionária..."⁴²

Quanto às regras partidárias, estavam sendo implantadas desde a publicação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos e do Código Eleitoral, ambos de 15 de julho de 1965.

A supressão dos partidos políticos existentes tinha por escopo garantir apoio ao governo militar na sociedade política.

A nível de partido político isto significou eliminar, apagar a história partidária até então escrita e criar o "seu" partido e a "sua" oposição.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. O processo político-partidário da primeira república. IN MOTA, Carlos C. Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. p. 166
- (2) SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio à Castelo (1930-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. p. 83-84
- (3) COSTA E SILVA, Arthur. Subversão da hierarquia e disciplina In Pronunciamentos do Presidente. Brasília, Presidência da República, (s.d.). p. 1-2
- (4) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. As Forças Armadas, política e ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Vozes, 1978 p. 28
- (5) COSTA E SILVA, Gen. Arthur. Atualidade do Exército e renovação da mentalidade militar. In Pronunciamentos do Presidente. Brasília, Presidência da República, (s.d.) p.46
- (6) MATTOS, Gen. Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977. p. 49
- (7) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. op. cit. p. 15
- (8) ALVES, Maria Helena Moreira. O Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984. p. 51
- (9) GEISEL, Gen. Ernesto. Discurso perante a convenção da ARENA (15/set/1973). In Discursos 1974. Brasília, Assessoria de Imprensa da Presidência da República. Fev/1975.p. 11
- (10) COSTA E SILVA, Arthur da. op. cit. p. 45
- (11) Id., ibid., p. 46
- (12) BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O caminho da revolução brasileira. Rio de Janeiro, Melso, (s.d.) p. 22
- (13) CASTELO BRANCO, Mal. Humberto de A. Discurso de Posse (15/abr./1964) In Discursos 1964 Brasília, Secretaria de Imprensa, (s.d.) p. 13
- (14) GEISEL, Gen Ernesto. op. cit. p. 11
- (15) Id., ibid., p. 12
- (16) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. p. 54

- (17) MATTOS, Gen. Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977. p.67
- (18) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. op. cit. p. 38
- (19) MATTOS, Gen. Meira. op. cit. p. 48
- (20) Id., ibid., p. 48
- (21) Id., ibid., p. 49
- (22) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. op. cit., p. 40
- (23) CASTELO BRANCO, Mal Humberto de A. op. cit., p. 13
- (24) MATTOS, Gen. Meira. op. cit. p. 49
- (25) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. op. cit. p. 37
- (26) ABREU, Alcides. Análise sistêmica dos partidos políticos
Porto Alegre, Movimento, 1977. p. 36
- (27) OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. op. cit., p. 37
- (28) COSTA E SILVA, Gen. Arthur da. op. cit. p. 47
- (29) IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977. p. 11
- (30) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. p. 107
- (31) BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. op. cit. p. 65
- (32) COSTA E SILVA, Gen. Arthur da. Garantia de liberdade de pensamento e opinião. In Pronunciamentos do Presidente. Brasília, Secretaria de Imprensa, (s.d.) p. 39
- (33) _____. Trabalho realizado com amor, dedicação e patriotismo. In Pronunciamentos do Presidente. Brasília, Secretaria de Imprensa, (s.d.). p. 39
- (34) Id., ibid., p. 40
- (35) GEISEL, Gen. Ernesto. op. cit. p. 34
- (36) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 87
- (37) CASTELO BRANCO, Mal. Humberto de A. Discurso (27/out./1965). In Discursos 1966. Brasília, Secretaria de Imprensa, (s.d.), p. 34
- (38) _____. Pronunciamento (30/out./1966) In Discursos 1966. Brasília, Secretaria de Imprensa, (s.d.) p.280
- (39) NERY, Sebastião. Pais e padraos da pátria. Recife, Guararapes, 1980. p. 67

- (40) CASTELO BRANCO, Mal. Humberto de A. op. cit. p. 280
- (41) Id., *ibid.*, p. 280
- (42) CASTELO BRANCO, Mal. Humberto de A. Pronunciamento. (30/set./1965) In Pronunciamentos 1965 . Brasília, Secretaria de Imprensa, (s.d.). p. 287
- (43) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. p. 94

CAPÍTULO IV

Os regimes ditatoriais, como o que foi implantado pelo golpe de 1964 no Brasil, ao promoverem a auto-legitimação, não se descuram da tarefa de criar os partidos políticos que fossem úteis a eles conforme salientado no capítulo anterior.

Estes partidos assumem funções importantes, dentro destes regimes e, como o Movimento Democrático Brasileiro, a partir de dado momento, podem canalizar as aspirações da sociedade civil, de democratização do país.

Portanto, torna-se relevante abordar o bipartidarismo, tanto no sentido genérico como no restrito.

Isto implica, igualmente, analisar como as Forças Armadas consideravam os partidos políticos. Mesmo admitindo-se que elas não fossem homogêneas, isto é, que no seu interior existissem cliques, parte-se do pressuposto de que o candidato ao cargo máximo do Executivo expressava o pensamento dominante no alto comando, ou ainda, que representasse a interpretação mais aceita do exposto pela Doutrina de Segurança Nacional.

4.1. O bipartidarismo

Partindo do geral para posteriormente abordar o particular, a análise se iniciará em torno da teoria acerca do bipartidarismo.

Maurice Duverger, ao estudar os partidos políticos, analisa-os conforme o sistema eleitoral e expõe uma fórmula para a existência do bipartidarismo.

"...o escrutínio majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos."¹

Esta análise se fundamenta na primazia da lei sobre o fato, ou seja, da estrutura legal sobre o que indicam os fatos.

Ilustrativamente, aponta-se outra passagem do mesmo autor, na qual ele critica a teoria da disposição física do Parlamento em retângulo ou hemicíclo, de André Maurois, ser responsável pela pluralidade ou não dos partidos. Maurice Duverger sugere:

"...o plano das assembleias é causa ou consequência do

número de partidos?"².

De igual modo, poder-se-ia indagar: o escrutínio majoritário é causa ou consequência do bipartidarismo?

A resposta, é encontrada na obra de Maurice Duverger: "O sufrágio censitário, em primeiro lugar, engendrou um bipartidarismo 'burguês', caracterizado pela oposição dos conservadores e dos liberais, cuja infra-estrutura social e ideológica era bem variável conforme os países"³.

Considerando, como exposto anteriormente, que a classe dominante não é constituída de forma homogênea, observa-se que, ao formar o Parlamento, mesmo que unicamente entre seus pares, eram seus interesses que ela defendia, sendo, portanto também eles heterogêneos.

"A coincidência é, pois, frequente entre o estabelecimento do sufrágio universal ou a ampliação do sufrágio censitário, que privilegiava as classes proprietárias e o aparecimento de partidos socialistas no plano parlamentar"⁴.

Não se tratava, é claro, de mera coincidência. O sufrágio universal trouxe para a esfera política novos direitos e novas propostas tanto uns quanto outras, advindos de classes diferentes.

Citando um exemplo clássico, a Inglaterra, Maurice Duverger coloca que até 1906 havia dois partidos, quando então o trabalhismo se manifestou e trouxe como consequência, a partir de 1918, o surgimento de um novo dualismo, formado pelos partidos conservador e trabalhista, que suplantou o liberal.⁵

Esta história é sintomática e explícita corretamente a capacidade de evolução do capitalismo, com a superação do liberalismo clássico, e a absorção dos movimentos sociais e operários, uma forma eficaz de administrar as crises políticas, econômicas e sociais.

Não seria, porém, pela razão apresentada por Maurice Duverger, de que "Toda política implica escolha entre dois tipos de

soluções..."⁶.

É antes a expressão de uma forma de comando e dominação, a da democracia burguesa que, ao se institucionalizar, absorve a oposição e que tem por fulcro a hegemonia de uma classe.

Habermas observa que a concorrência regulamentada entre partidos, estabelecida pela "democracia de massas do Estado social", cumpre com as seguintes funções:

- institui o papel da oposição;
- formalizou e tornou permanente o processo de legitimação;
- periodizou as oscilações na legalidade e canalizou a falta de legitimidade para a forma de alternância do governo;
- e, finalmente, tornou todos - enquanto cidadãos eleitores - participantes do processo de legitimação"⁷.

Mantendo, assim, o dualismo maniqueísta situação/oposição como se fossem opções de escolha.

A "legitimação pelo procedimento", conforme denomina Habermas, torna-se evidente nos países que não desenvolveram sua "capacidade de absorção das crises"⁸, e menos evidente, nos países onde a democracia representativa está institucionalizada e as classes dominantes exercem na plenitude sua hegemonia.

Estudando o processo político-partidário da 1ª República, Maria do Carmo Campello de Souza, verifica que:

"Não obstante o quadro legal instaurado com a República permitir o funcionamento de um Estado democrático, as elites dirigentes, como veremos, não compartilhavam o poder com os novos grupos que tinham teoricamente, assegurada sua representação no processo político.

Assim, a elite proprietária, ao mesmo tempo que aspirava, do ponto de vista ideológico a uma democracia liberal, agia de modo que a participação política se restringisse a seus representantes"⁹.

O paradoxo existente entre o que apregoava o discurso das classes dominantes e a sua prática, devassava o autori-

tarismo e favorecia as crises que punham a nú as contradições do pacto de domínio, favorecendo os golpes de Estado.

Getúlio Vargas intentou reformular uma história político-partidária voltada com exclusividade para as elites, com o objetivo de modernizar o Estado, criando o Partido Trabalhista Brasileiro, que tinha por função cooptar os movimentos populares e institucionalizá-los.

Porém, no período de relativa democratização que antecedeu 1964, os partidos mais à esquerda assumiram demasiada relevância, no entender dos conservadores:

"Enquanto cresciam os votos para os partidos mais reformistas e para as coligações mais à esquerda, os votos do conservador Partido Social Democrático caíam dos 44% em 1945 para 18,3% em 1962 e os da direitista União Democrática Nacional, desabavam de 27,4% para 13,2% no mesmo período"¹⁰.

Portanto, mesmo dentro dos limites da democracia formal, as classes dominantes encontravam dificuldade em administrar as crises inerentes ao processo democrático e indissoluvelmente ligadas às etapas de reformulação do capitalismo.

É neste quadro que se insere o bipartidarismo brasileiro. Se considerado no sentido restrito do termo, ele teria existido apenas no período pós-1964. Mas, no seu sentido lato, verifica-se que a predominância de dois partidos de cunho conservador se constituiu numa constante na história político-partidária brasileira.

4.2. As Forças Armadas e o bipartidarismo pós-1964:

O Presidente Ernesto Geisel expôs na Convenção Nacional da Aliança Renovadora Nacional (Arena) (15 de novembro de 1973) os seguintes pressupostos para a existência do regime democrático:

"...um regime democrático - que convém aqui destacar - obedece, entre outras, às regras fundamentais do atendimento das aspirações do povo em geral, excluindo o domínio de interesses de indivíduos, grupos, classes ou regiões; da representatividade, como organização partidária de natureza plural; o da substituição periódica

do supremo mandatário, o Presidente da República".¹¹

As aspirações populares eram definidas no âmbito do Estado, constituindo-se num projeto deste para si mesmo. A exclusão das clivagens e dos conflitos sociais, o entendimento de uma sociedade linearmente constituída reforçam a proposta de um Estado com conteúdo supra-social.

A representatividade cumpre a função de estabelecer um laço entre a sociedade política e a sociedade civil. Na medida em que o governo militar buscava a supremacia da sociedade política, isto conduzia à existência de clivagens na relações entre sociedade política e sociedade civil, conforme é possível depreender das diversas crises que permearam o regime militar e cuja consequência principal foi sempre fortalecer o Executivo. Isto conduzia, no entender de Fernando Henrique Cardoso, a que:

"A relação entre os grupos de interesse da sociedade civil e o estado é baseada mais nas críticas e mecanismos de cooptação do que nos mecanismos de representação..."¹²

Dentro deste contexto, a representatividade formaliza a legitimação, ao garantir juridicamente, ainda que com restrições, a existência de um nível mínimo de participação, que seria canalizada pelos partidos políticos permitidos.

Pluralidade, conforme um entendimento mínimo, significa dois ou mais. É portanto, significativo que o termo empregado tenha sido o de pluralidade e não multipartidarismo, por exemplo, que pressuporia a existência de diversos partidos. A opção pela pluralidade é contraditória, exceto se entendida sob o prisma da legitimação, assegurada através da existência de mais de um partido político, porque, em caso contrário, pressuporia a existência igualmente de interesses diversos, de uma sociedade civil fragmentada, onde ficariam evidentes os conflitos de classes.

Porém, ainda que limitadamente, no entendimento do Presidente Geisel, os partidos políticos, desempenhavam importantes funções:

"Os partidos políticos - tanto do governo quando de oposição - cada qual no papel que lhe cumpre desempenhar -

são essenciais ao estilo de vida democrático, como veículos exclusivos de participação do povo na organização do poder e como responsáveis pela autenticidade do sistema representativo"¹³.

As funções podem ser assim alinhadas:

a) Representar e apoiar o governo: O Presidente Geisel, ao utilizar a expressão "do governo" e não "no governo" torna claro que não caberia à Aliança Renovadora Nacional (Arena) tomar decisões ou influir nelas, mas apenas manter o seu apoio e representar no Legislativo as diretrizes do Executivo.

b) Opor-se ao governo, ou seja, possibilitar a "dialética" situação-oposição. Conforme Gramsci, é impossível a sociedade política manter-se permanentemente apenas através da coerção. Do que resulta a importância de existir a oposição institucionalizada, que cumpre duplo papel: legitimador e canalizador das reivindicações sociais que, teoricamente, se expressariam apenas através do partido político.

"...Acho que a Oposição existe e é necessária: condição fundamental para que possamos viver num regime democrático"¹⁴.

O que equivale afirmar que, do mesmo modo como intenta linearizar as relações sociais e absorver a sociedade civil, a sociedade política formaliza sua posição.

E forma dentro do regime o espaço institucionalizado para a política, despolitizando, conseqüentemente, a sociedade civil.

Manoel Gonçalves Ferreira Filho é enfático em definir qual a função dos partidos políticos nos governos revolucionários:

"Em vez de instrumentos do governo a serviço do povo, atua como instrumento de legitimação do governo, junto ao povo"¹⁵.

4.3. Implantação e institucionalização do bipartidarismo

Para ter condições de realizar as modificações estruturais e estabelecer-se hegemonicamente, principalmente a nível de representação política, o governo revolucionário construiu uma verdadeira "camisa de força" em torno das instituições políticas

e civis.

Neste sentido, o governo revolucionário pretendia, numa primeira etapa, expurgar as forças políticas progressistas, vinculadas no entender dos militares ao comunismo internacional, considerada como sendo a Operação Limpeza.¹⁶

E, numa segunda etapa, institucionalizar a Revolução e os seus ideais de segurança e desenvolvimento (aprofundamento do capitalismo no país).

Com relação aos partidos políticos, estes se mantiveram intocados até a promulgação da Lei Orgânica dos Partidos Políticos (Lei nº 4740), de 15 de julho de 1965. Mas, os membros do Poder Legislativo, de quaisquer níveis, foram duramente atingidos.

No Preâmbulo, do Ato Institucional nº 1 (de 9/4/1964) afirma:

"...a revolução não procura legitimar-se através do congresso"¹⁷.

Com isto, iniciou um processo de cisão dentro da sociedade política, com a predominância sempre crescente do Executivo. porque, conforme Gramsci, o Parlamento, na democracia, está embutido na sociedade política. Porém, embora sendo nos governos revolucionários o espaço institucionalizado do fazer política, o foro das decisões políticas estava centrado com exclusividade no Poder Executivo.

O postulado no Ato Institucional nº 1 materializou-se através das suspensões das imunidades parlamentares, o que permitia as cassações. A cassação implicava na perda dos direitos políticos, o que equivaleria ao ostracismo político.

Os partidos mais duramente atingidos foram o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Social Progressista, o Partido Social Democrático, o Partido Social Progressista, o Partido Social Trabalhista e o Partido Democrata Cristão, sendo que o Partido Trabalhista Brasileiro teve dezoito parlamentares cassados.

A Lei Orgânica dos Partidos Políticos estabeleceu que os partidos deveriam ter 3% dos votos nas eleições legislativas em onze Estados e 2% por Estados; eleger doze deputados federais,

distribuídos por 7 Estados e ter pelo menos onze Diretórios Regionais. Se considerado que o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional e o Partido Trabalhista Brasileiro somavam cerca de 79,3% das cadeiras no Congresso Nacional, verifica-se que os outros dez partidos existentes não teriam condições de manter-se. Mesmo o Partido Trabalhista Brasileiro tinha sua posição consolidada nas grandes cidades, pela sua característica essencialmente urbana e pouca repercussão no interior ou nos Estados menos desenvolvidos economicamente¹⁸.

Porém, para os revolucionários não era interessante a pluripartidarismo - no seu entender a multiplicidade de partidos oferecia excelente cobertura para os membros de agremiações proscritas, além de refletir negativamente os conflitos sociais. Por outro lado, os partidos políticos existentes refletiam uma história que os revolucionários visavam alterar.

Assim, o Ato Institucional nº 2 (de 27/10/1965) introduziu a eleição indireta, tanto para Presidente da República quanto para Vice-Presidente, instituiu o voto aberto no Colégio Eleitoral e ampliou a margem de segurança de uma maioria do partido do governo ao reafirmar o poder de cassação dos mandatos e definir que os cassados não poderiam ser substituídos.¹⁹

O Ato Complementar nº 4 (de 30/11/1965) acabou com os partidos existentes e estabeleceu o bipartidarismo, ao determinar que os novos partidos políticos deveriam ter 120 deputados federais e 20 senadores.²⁰

4.4. Os partidos políticos da Revolução

Gramsci alerta em Maquiavel, a política e o Estado moderno que:

"...a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social"²¹.

Tanto a Aliança Renovadora Nacional (Arena) quanto o Movimento Democrático Brasileiro não representavam grupos sociais, a menos que se considere que a Revolução se tenha constituído num reordenamento interno das classes dominantes na consecução de novas diretrizes para o pacto social e que os seus partidos representassem a classe dominante.

Ainda assim, observa-se que dentro de cada um deles, diversas agremiações políticas coexistiam, o que é assimilável frente ao modo como o Movimento Democrático Brasileiro e a Aliança Renovadora Nacional (Arena) se organizaram, através de ato do Executivo, o que fez com que parlamentares dos partidos políticos existentes simplesmente se reagrupassem em duas novas agremiações.

Uma consequência desta verticalidade foi serem as duas agremiações artificiais e que não representavam nem grupos sociais nem interesses definidos, senão a sobrevivência política de parlamentares de diversos partidos extintos.

Conforme se constata, tanto a União Democrática Nacional quanto o Partido Social Democrático estavam mais representados na Aliança Renovadora Nacional (Arena), enquanto que o Movimento Democrático Brasileiro agregou mais parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro.²²

Porém, embora o Movimento Democrático Brasileiro tivesse sob sua sigla, mais parlamentares progressistas, enquanto que a Aliança Renovadora Nacional (Arena) se tornava o reduto dos conservadores, esta característica tinha antes a conotação de tendência genérica do que de uma proposta política.

E a ausência de proposta política, ou a tentativa de serem aglutinados diversas propostas mesmo sendo divergentes entre si, como ocorreu com o Movimento Democrático Brasileiro, foi também consequência da artificialidade que marcou, em ambos os partidos sua criação.

Assim, dentro do Movimento Democrático Brasileiro estavam o Partido Trabalhista Nacional, Partido Social Trabalhista, Partido Rural Trabalhista, Partido Socialista Brasileiro, Partido Social Progressista, Partido Democrata Cristão, Partido Trabalhista Brasileiro e a União Democrática Nacional. E, no interior da Aliança Renovadora Nacional, o Partido Republicano, Partido Libertador, Partido de Representação Popular, Partido Trabalhista Nacional, Partido Social Trabalhista, Partido Rural Trabalhista, Partido Socialista Brasileiro, Partido Social Progressista, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Social Democrático e a União Democrática Nacional.

Isto não impede, porém, que ambos tenham cumprido com funções importantes - um sistema de partido único arcava com a conotação pejorativa de ser o regime uma ditadura.

Se não é possível discernir a correlação entre classes sociais e os 'partidos revolucionários', a trajetória política de ambos é fundamental para se entender a história política brasileira do período e o bipartidarismo.

Por isso, ambos serão objeto de análise mais cuidadosa.

4.4.1. Aliança Renovadora Nacional - Partido do Governo

Nas democracias burguesas "formais", onde há a possibilidade de alternância de participação política no poder, o partido que recebe o maior número de votos nas eleições, assume o governo e governa embasado em um programa pelo qual teoricamente, foi eleito.

Em se tratando da Aliança Renovadora Nacional (Arena), as condições foram bem diversas: coube a ela, como representante do governo no Poder Legislativo, traduzir a vontade e o projeto desenvolvimentista pretendido pelos militares, conforme se depreende de seu Programa Partidário.

Sob este enfoque, o processo democrático deveria preencher os seguintes postulados:

- a) modernização - ou seja, adequar a sociedade civil e a sociedade política brasileira ao projeto de desenvolvimento capitalista;
- b) obediência aos direitos humanos;
- c) legitimidade e representação política;
- d) voto livre e independente - a crítica generalizada entre os que se opunham ao Governo Goulart era de que o ato de votar se confundia com os protestos e lutas sociais, perdendo sua racionalidade;
- e) rotatividade periódica dos mandatários, conforme a Constituição Federal;
- f) repúdio à contestação das minorias ativistas, de modo a neutralizar as ofensas ao regime e à ordem;
- g) constituição de uma sociedade política plural, em competição pacífica pelo poder.²³

Conforme se depreende, em nenhum momento a Aliança Renova-

dora (Arena) advogou o voto direto para a eleição de cargos do Executivo. E, mesmo defendendo uma sociedade plural, se insurge contra as 'minorias ativistas', deixando a possibilidade de admitir as cassações e outras perseguições aos 'inimigos do regime'.

Como consequência, ela se colocava à disposição do regime.

Economicamente, para Aliança Renovadora Nacional (Arena), o Estado seria o mantenedor de todas as atividades não remuneradas ou que exigissem grandes investimentos como:

- a) infra-estrutura - energia, transporte, comunicação, saneamento e habitação;
- b) assistência - educação, saúde, previdência e assistência social.

Cabendo à iniciativa privada as áreas economicamente mais produtivas como as indústrias de transformação e construção civil, agropecuária, o comércio, o seguro e a intermediação financeira, com a "opção pela organização econômica de mercado, em que a empresa de responsabilidade privada lidere o processo de crescimento..." e também mediante "A utilização de capital estrangeiro (...) como meio de absorção da poupança externa complementar necessária ao esforço de investimento..."²⁴ bem como a "Expansão de exportação em ritmo que viabilize o financiamento das importações de bens e de serviços necessários ao desenvolvimento".²⁵

No Campo do Trabalho, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) excluiu a garantia de emprego e a substituiu pela "criação de novas oportunidades de trabalho, do treinamento profissional e da orientação da oferta de mão-de-obra"²⁶ e que se materializou com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Além disso, sugere o fortalecimento da "estrutura sindical legal", o que permite diversas interpretações com relação à legalidade dos movimentos sindicais.

Era a tradução política da proposta de desenvolvimento econômico excludente da Doutrina de Segurança Nacional, de concentração de riqueza para financiar a modernização do Estado e da Economia.

Com relação às Forças Armadas e à Segurança Nacional, o

programa da Aliança Renovadora Nacional (Arena) é bastante minucioso. Assim, ela propugna;

- "a) Assegurar às forças Armadas, como instituições essenciais à execução da política de Segurança Nacional, em decorrência de sua missão constitucional, as condições necessárias à adequada defesa de nossa soberania;
- b) Forças Armadas integradas, modernizadas e harmônicas com a prática democrática;
- c) Ampliar o esforço em pesquisa científica e tecnológica no que se refere à administração nacional e às Forças Armadas...
- d) Estabelecimento de padrões profissionais, quadros efetivos e remuneração capazes de estimular a carreira militar (...), bem assim das forças auxiliares.
- e) Promoção recíproca de respeito e confiança entre Forças Armadas e o meio civil.
- f) Reequipamento e modernização das Forças Armadas, especialmente através de (...)
- b) estímulo à indústria naval nacional
- c) estímulo à indústria bélica nacional
- d) estímulo à indústria aeroespacial nacional"²⁷.

4.4.2. Movimento Democrático Brasileiro-Oposição Con- sentida

Habermas esclarece qual o papel da oposição, ou seja, participar do processo de legitimação dentro da democracia formal²⁸. A oposição constituída fortalece também o princípio de que o poder deva ficar circunscrito no âmbito dos aparelhos de Estado. Ou poderia ser ainda traduzida como sendo a contestação permitida ou oficializada pelo governo.

Nos países onde o processo político é menos conflituoso ou onde os critérios para absorção dos conflitos são mais eficientes, a oposição, integrada neste quadro, pode inclusive, vir a governar. Estas oscilações permitem a alternância no poder das elites dominantes.

Este não foi o papel previsto para o Movimento Democrático Brasileiro. Sua função seria não a de constituir-se em opo-

sição no sentido real do termo mas em 'estar oposição' dentro dos limites estabelecidos pelo regime.

Donde surgiu um comentário chistoso, de que sendo a Aliança Renovadora Nacional (Arena) o partido do "sim", o Movimento Democrático Brasileiro seria o do "sim, senhor".

Tanto que os partidos proscritos 'de esquerda' não se preocuparam em assegurar espaço dentro dos partidos oficiais. Isto porque repudiavam toda e qualquer ligação com o novo regime e estavam, como o Partido Comunista do Brasil e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro interessados em travar suas próprias lutas, algumas vezes através da ação armada. Eles foram os mais duramente atingidos pela repressão e só irão reaparecer no período da 'abertura política', como integrante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro e, mais tarde, com legendas próprias.

O Programa do Movimento Democrático Brasileiro inicia com a enumeração dos princípios que, no seu entender, deveriam reger o Estado:

- a) primado da pessoa;
- b) possibilidade de participação;
- c) respeito às comunidades e suas manifestações;
- d) existência de eleições livres diretas em todos os níveis.
- e) desenvolvimento que supere o conceito de crescimento econômico.²⁹

O diagnóstico da realidade brasileira prevê, como essencial, a superação do 'capitalismo selvagem' e propugna a 'democracia social', condenando a política de cada vez maiores sacrifícios:

"A economia do bem-estar não deve ser prerrogativa de alguns. Pode ser uma promessa, um alvo a alcançar, mas nunca uma esperança apenas, e à sombra da qual se exige da maioria da população imensas transigências".³⁰

E, no plano político isto se faria através de:

"I. Implantação da normalidade democrática e a consequente condenação

- a) de todos os tipos de ditadura;

- b) da instituição de regimes de exceção;
- g) do continuísmo.

II. Defesa do regime representativo."³¹

Através de eleições diretas para todos os níveis, e voto para maiores de 18 anos, inclusive para analfabetos.

Além disso, defendia o Parlamento e o Judiciário com garantias plenas e a liberdade de organizações partidárias.

Com relação às Forças Armadas, o Movimento Democrático Brasileiro sintomaticamente só se refere ao propor o "controle da exportação de produtos estratégicos, econômica ou militarmente".³²

Este programa de governo foi elaborado após 1970, quando a repressão mais violenta provocada pelo Ato Institucional nº 5 havia abrandado.

É possível distinguir a história do Movimento Democrático Brasileiro em etapas bem diferenciadas.

Do seu nascimento, para o qual o governo militar teve de abrandar as regras partidárias, até o Ato Institucional nº 5 (13-dez-68), considerado como o 'golpe dentro do golpe', o Movimento Democrático Brasileiro concentrou no seu interior os parlamentares mais combati os e críticos com relação ao governo militar, sendo assim, o que sofreu mais com as cassações e a repressão.

O A. Institucional 5 tornou oficial a 'lei do Terror'. Trouxe na sua esteira a Lei de Segurança Nacional (29.set.69), a pena de morte (Ato Institucional nº 14 - de 09/09/1969) e a Constituição outorgada. (Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969). Fez recrudescer a censura prévia na imprensa, o controle dos movimentos sociais. Basicamente, colocou um ponto final na possibilidade de normalização política e instituiu o 'silêncio dos cemitérios', com a supressão física (morte ou banimento) dos 'inimigos internos' - condição que qualquer brasileiro poderia vir a assumir.

E, quando da doença do Presidente Costa e Silva, uma Junta Militar assumiu o governo, deixando claro que a condução dos destinos do país era atribuição exclusiva das Forças Armadas.

As sucessivas cassações no período de 1967 a 1970 (105 contra 76 do período anterior), o clima de terror instaurado pela repressão sistemática, o crescimento do nível de vida da classe média, devolvido sob a forma de votos para o partido do governo e a campanha do voto nulo como forma de protesto, tiveram marcada influência na derrota do Movimento Democrático Brasileiro no pleito de 1970.

Como consequência desta situação, setores do Movimento Democrático Brasileira levantaram a hipótese drástica de dissolução do partido. Isto não interessava, é claro, à maioria de seus membros, pois equivaleria a um verdadeiro suicídio político e nem ao governo, que precisava manter a "dialética" situação/oposição. Assim, a alternativa de consenso encontrada foi a de ser assumido o papel de oposição, combinando com negociações com o governo, na tentativa de abrandar a repressão.

Isto significava reagrupar as forças oposicionistas dispersas e enfraquecidas e estabelecer uma pauta de reivindicações.

Em 1973, realizou-se nova sufragação através do Colégio Eleitoral, para a escolha do Presidente da República. O Movimento Democrático Brasileiro lançou, então, o anti-candidato Ulisses Guimarães e iniciou a campanha de rompimento do silêncio imposto pelo Ato Institucional Nº 5.

E, nas eleições de 1974, os resultados eleitorais inverteram-se: o Movimento Democrático Brasileiro aumentou o número de cadeiras que ocupava no Senado e reduziu a diferença na Câmara dos Deputados, entre ele e a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

No Poder Legislativo, ele efetivamente tornou-se o representante dos setores da sociedade civil que se opunham ao regime, o que o tornava uma ambígua 'colcha de retalhos', onde se encontravam tanto o conservador quanto os socialistas dos mais diversos matizes. Porém, no âmbito da sociedade civil, o Movimento Democrático Brasileiro não logrou alcançar a direção desejada. Ao invés de canalizar ou instrumentalizar os focos de oposição ao regime representados pelos Movimentos do Custo de Vida, frações da Igreja Católica, Associação de Bairros, Comissão de Direitos

Humanos, Associações Profissionais e Estudantis, o partido contentou-se em aproveitar o descontentamento que havia contra o regime, comportando-se como a oposição dentro do regime.

Assim, as eleições de 1978 como as de 1974 tiveram clara feição plebiscitária. Votar no Movimento Democrático Brasileiro, a maioria da população tinha conhecimento, não significava modificar a situação político-econômica do país. O voto era, portanto, um instrumento de protesto.

Portanto, as eleições de 1978 trouxeram duas consequências importantes. A primeira, de concretizar o Movimento Democrático Brasileiro como frente de oposição. A segunda, a de estabelecer o caráter plebiscitário das eleições.

Assim, mesmo através da sua oposição, o governo militar não conseguiu cooptar a sociedade civil e nem estabelecer um pacto de domínio hegemônico.

Isto porque, no entender de Octávio Ianni.

"Os grupos e classes sociais - ou as massas - precisam ser levadas a se identificar de algum modo na ideologia dominante, caso contrário a divisão entre governantes e governados será crescente.

Neste sentido, se é que é verdade que os governantes (desde 64) se esforçam por reintegrar os poderes econômico e político, também é verdade que o governo e o povo se dissociam em escala progressiva".³³

4.4.3. As eleições e os partidos políticos pós-64

Mesmo limitando-se aos cargos não atingidos pelas eleições indiretas, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) manteve-se como partido vitorioso, durante um período longo, sendo considerada o maior partido brasileiro.

Como é impossível estudar partido político sem realizar uma análise cuidadosa do seu desempenho eleitoral, uma vez que, sobretudo no Brasil, ocorre íntima ligação entre os partidos e as eleições³⁴, necessário estudar a história eleitoral da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Movimento Democrático Brasileiro.

Ressalta-se que os exemplos oferecidos a seguir se restringem aos resultados nas eleições para o preenchimento das cadeiras no Congresso Nacional. Isto se deve tanto ao fato de serem esses exemplos suficientemente elucidativos, quanto ao intuito desta pesquisa, de estudar o bipartidarismo no país e não suas manifestações e consequências nos Estados.

Estabelecida a premissa de que a oposição deveria se restringir ao espaço político a ela destinado, isto é, 'estar oposição', toda vitória nas urnas era considerada um desafio ao regime, no entendimento do governo militar.

Assim, os casuísmos eleitorais constituíram-se na tônica dominante.

Além das cassações, que tinham por objetivo reduzir a bancada oposicionista, diversas medidas foram adotadas para o controle das eleições, violando alguns princípios do que se convencionou denominar 'regras do jogo' na democracia e que poderiam ser divididas em dois grupos ou classificações:

4.4.3.1. Técnico-jurídicas

- a) Proporção entre a população e o número de representantes
- b) relação entre o quociente eleitoral e eleitores
- c) frequência de eleições
- d) procedimento de votação

4.4.3.2. Garantias políticas

- a) Participação popular
- b) direito de livre escolha
- c) livre concorrência entre os partidos³⁵.

Pois, mesmo que estejam presentes todas as garantias técnicas, a escolha dos representantes está condicionada às garantias políticas. Assim, por exemplo, é possível haver eleições diretas e não democráticas, como quando há o cerceamento econômico dos eleitores e também é possível haver eleições indiretas democráticas, nas quais unicamente o invólucro formal da escolha seria diverso.

Necessário, portanto, analisar cada um dos pressupostos

acima relacionados.

4.4.3.1. Técnico-jurídicas:

a) Princípio da proporcionalidade de representação: segundo este princípio, um maior número de eleitores deveria ser representado por um maior número de eleitos, de forma a assegurar a relação proporcional entre uns e outros. Isto não ocorreu após o Golpe Militar. Anteriormente, os conservadores detinham o controle do poder, privilegiando os Estados onde o voto tinha tendência situacionista.

Este procedimento foi mantido, ou seja, continuou-se a privilegiar os Estados mais atrasados economicamente isto é, aqueles onde inexistiam polos industriais, em detrimento de Estados mais urbanizados e industrializados e onde a tendência do voto era oposicionista.

Este controle foi exacerbado pelo regime militar, especialmente quando o Movimento Democrático Brasileiro assumiu proporções ameaçadoras ao 'status quo' da Aliança Renovadora Nacional (Arena).

b) relação entre coeficiente eleitoral e número de eleitores: há lógica em se afirmar que os votos de duas pessoas devem ter o mesmo peso. Postergando a análise da influência da pressão econômica, observa-se que o Colégio Eleitoral substituiu os eleitores e que portanto, o voto de cada delegado valia pelo voto de um grande número de eleitores.

Em 1974, por exemplo, haviam 503 delegados representando 35,8 milhões de eleitores, de modo que o voto de cada delegado equivaleria aos votos de 71.194 eleitores.³⁶

O que foi agravado com a criação dos "senadores biônicos", em abril de 1977, quando um terço das cadeiras do Senado Federal eram ocupadas através de indicação do Presidente da República, e que representavam, portanto, apenas a si próprios e ao Poder Executivo.

c) Frequência das eleições: Durante a vigência

bipartidarismo, não houve eleições diretas para preenchimento dos cargos dos Executivos Federal e Estadual, bem como dos Municipais, no caso das capitais e áreas de segurança nacional. E, embora o Poder Executivo tenha sido o menos sufragado, o Poder Legislativo sofreu diversas restrições, das quais as mais relevantes foram as cassações (528 no período de 1964 a 1979, incluindo-se os três níveis do Poder Legislativo federal, estadual e municipal)³⁷ e o fechamento do Congresso Nacional, ocorrido em 1968, e em 1977, nas ocasiões em que aguçavam as crises entre os Poderes Executivos e Legislativo. O fechamento do Congresso era ato preparatório para a promulgação de decretos que tinham por escopo fornecer novas armas ao Executivo. Assim, em 1º de abril de 1977, houve o "Pacote de Abril", ou seja, o conjunto de uma série de medidas de caráter político e que visavam, primordialmente, garantir a supremacia da Aliança Renovadora Nacional (Arena) sobre o Movimento Democrático Brasileiro e a continuidade do governo revolucionário.

d) Procedimento de votação: Eleições livres pressupõem que os eleitores possam votar nos candidatos do seu agrado, ainda que de partidos políticos diferentes. Porém, de 1966 em diante, os votos para deputados federal e estadual, bem como para prefeito e vice-prefeito foram vinculados. E os eleitos não poderiam mais mudar de partido

4.4.3.2. Garantias Políticas

a) Participação popular: A participação popular foi cerceada pela redução do número de eleições e pelo procedimento indireto de escolha, que fazia com que grande parte da população, não familiarizada com o processo, ao votar nas eleições para o preenchimento de cargos do Legislativo, desconhecesse que estaria votando igualmente para os cargos máximos dos Executivos Estadual e Federal. Por outro lado, o controle rígido sobre as organizações populares e a 'política de terror' levada a cabo pelo regime tornavam inviáveis quaisquer formas de participação.

Assim, da mesma forma como foram cassados os direitos políticos dos parlamentares, também as representantes de organismos da sociedade civil (sindicatos, associações estudantis,

etc) foram duramente atingidos tanto pelas cassações quanto pelas prisões arbitrárias, feitas sob o pretexto de combate à subversão e que eram desconhecidas pela população. Assim, episódios como a morte de Carlos Lamarca ou a guerrilha do Araguaia, que se constituíam em ataques organizados, posto que frágeis, ao governo revolucionário, ficaram encobertos sob cerrada censura. O que não impediu que situações críticas, como a morte do estudante Edson Luiz Lima Souto (28 de março de 1968) ocorrida durante um confronto entre estudantes e a Polícia Militar, no Rio de Janeiro, ou, as do jornalista Vladimir Herzog, torturado pelo DOI-CODI em São Paulo (24/outubro/1975) e do operário Manoel Fiel Filho (17/janeiro/1976), quando a proposta de "abertura política" fora já aventada, servissem como incentivo para que os organismos da sociedade civil se organizassem contra a repressão e, conseqüentemente contra o regime militar. Vale ainda salientar que os expurgos ocorreram em grande número com relação ao funcionalismo público e também em relação às Forças Armadas (7.300 expurgados), como meio de "limpar" o aparelho de Estado.

b) Direito de livre escolha: Não houve no Brasil o dualismo inerente ao bipartidarismo. Pois, se legalmente existiam dois partidos Aliança Renovadora Nacional (Arena) e Movimento Democrático Brasileiro - na prática, os embates eleitorais deveriam favorecer sempre o partido do governo. Este estado de coisas obstruía a possibilidade de haver uma escolha a ser feita, o que conduziu às eleições de caráter plebiscitário. Por outro lado, a censura prévia à imprensa, o controle sobre os comícios, a 'caça às bruxas' promovida contra os 'candidatos ideológicos' e, posteriormente, a "Lei Falcão", (Lei 6339, de 1º de julho de 1976) que proibia o debate político na televisão, inviabilizavam a possibilidade de busca dos subsídios para que houvesse escolha.

c) Livre concorrência entre os partidos: Sómente uma análise acurada dos casuísmos eleitorais, cuja existência era diretamente relacionada com a possibilidade de vitória oposicionista, permitirá entender a gravidade destes. Cabe ressaltar novamente que a vitória do Movimento Democrático Brasileiro era en -

art

tendida pelo governo militar como uma crítica direta ao regime, o que equivaleria a um ato de subversão..

As primeiras eleições das quais participaram a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro ocorreram em 1968, e os resultados foram os seguintes, na Câmara Federal e no Senado:

- Senado Federal

| | | |
|---|-----------------|--------|
| Aliança Renovadora Nacional | 7.719.382 votos | 56,63% |
| Movimento Democrático Brasileiro | 5.911.361 votos | 43,36% |
| Diferença pró-Aliança Renovadora Nacional | = | 13,2% |

- Câmara dos Deputados

| | | |
|---|-----------------|-------|
| Aliança Renovadora Nacional | 8.731.638 votos | 63,9% |
| Movimento Democrático Brasileiro | 4.915.470 votos | 36,0% |
| Diferença pró-Aliança Renovadora Nacional | = | 37,0% |

Em 1969, o 'golpe dentro do golpe', abateu-se sobre a oposição, o que influiu nas eleições de 1970, conforme demonstram os seguintes resultados:

- Senado Federal

| | | |
|---|-----------------|-------|
| Aliança Renovadora Nacional | 9.898.964 votos | 61,4% |
| Movimento Democrático Brasileiro | 6.224.525 votos | 38,6% |
| Diferença pró-Aliança Renovadora Nacional | = | 22,8% |

- Câmara de Deputados

| | | |
|---|------------------|-------|
| Aliança Renovadora Nacional | 10.867.814 votos | 69,4% |
| Movimento Democrático Brasileiro | 4.777.927 votos | 30,5% |
| Diferença pró-Aliança Renovadora Nacional | = | 38,9% |

As eleições de 1974 ocorreram quando o Movimento Democrático Brasileiro intentava assumir uma postura oposicionista e quando o 'milagre econômico' evidenciava a sua pior face. O resultado das urnas foi o seguinte:

- Senado Federal

| | | |
|--|------------------|-------|
| Aliança Renovadora Nacional | 10.068.810 votos | 41,0% |
| Movimento Democrático Brasileiro | 14.579.372 votos | 59,3% |
| Diferença pró-Movimento Democrático Brasileiro | = | 18,3% |

- Deputado Federal

| | | |
|--|------------------|-------|
| Aliança Renovadora Nacional | 11.866.428 votos | 51,9% |
| Movimento Democrático Brasileiro | 10.954.440 votos | 48,0% |
| Diferença pró-Aliança Renovadora Nacional = 4,9% | | |

A eleição dos candidatos para as Prefeituras com a vitória do Movimento Democrático Brasileiro nas maiores cidades em 1976, mesmo com o advento da Lei Falcão-Decr-lei 6639 - que limitou drasticamente a propaganda eleitoral ao permitir que na televisão fossem apresentados apenas o currículo, o nome, o número e a foto do candidato, demonstrou na prática o porquê de serem indicados os prefeitos das capitais - as grandes cidades teriam tendência nitidamente oposicionista. Os ganhos eleitorais do Movimento Democrático Brasileiro, ainda que parciais, tiveram três consequências, sendo uma delas o de evidenciar o descontentamento popular e outra, o de gerar alarde no meio governista, o que trouxe como resultado o 'Pacote de Abril', em 1977, que tinha por objetivo o controle das eleições de 1978. As modificações na legislação mais importantes foram as seguintes:

O § 4º do artigo 39 da Emenda nº 1 determinou que o número máximo de representantes na Câmara de Deputados seria de 55 e o mínimo de 6 e os Territórios, menos Fernando de Noronha, teriam dobrada sua representação (dois deputados). O cálculo seria feito sobre o número de habitantes e não sobre o número de eleitores, conforme determinava a redação original deste artigo constitucional. Estava sepultada a proporcionalidade, pois esta alteração favorecería sempre os Estados economicamente mais atrasados e politicamente situacionistas.

Deste modo, tomando como exemplos os Estados de São Paulo e do Piauí e suas populações em 1971. Na ocasião, São Paulo tinha 18.273.400 habitantes ao passo que o Piauí contava com 1.764.600 habitantes.

Na hipótese de estar vigente à época a Emenda nº 1 e São Paulo possuir a bancada máxima, cada um dos seus 55 deputados federais representaria 332.243 habitantes, enquanto que, no caso do Piauí possuir a bancada mínima, cada deputado federal re-

presentaria 29.410 habitantes.³⁸

Alterou-se também a composição dos Estados, numa medida semelhante a que foi tomada em 1975, quando fundiram-se os Estados do Rio de Janeiro e a Guanabara.

Em 1º de janeiro de 1979, foi criado o Estado do Mato Grosso do Sul. O que significava criar mais um Estado, com representação tanto à nível estadual quanto federal e cuja tendência seria situacionista.

Igualmente, no Senado, onde o Movimento Democrático Brasileiro preenchia o maior número de vagas, era necessário fazer alterações. Segundo o artigo 41, § 1º "cada Estado elegerá 3 senadores com mandato de 8 anos, renovando-se a representação, de 4 em 4, alternadamente, por um e 2/3". E o § 2º, determinava que para a renovação de 2 vagas seria mantida a eleição direta. A segunda vaga na renovação dos 2/3 seria definida de forma indireta, ou seja, pelos "senadores biônicos".³⁹

Os resultados foram os seguintes:

- Senado

| | | | |
|----------------------------------|------------------|-------|----------|
| Aliança Renovadora Nacional | 13.239.418 votos | 43,0% | 36 vagas |
| Movimento Democrático Brasileiro | 17.530.629 votos | 56,9% | 9 vagas |

- Câmara Federal

| | | | |
|----------------------------------|------------------|-------|-----------|
| Aliança Renovadora Nacional | 15.024.298 votos | 50,4% | 231 vsgas |
| Movimento Democrático Brasileiro | 14.767.919 votos | 49,5% | 189 vagas |

Deste modo, o bipartidarismo perdia sua função legitimadora, na medida em que se configurava o que, no entender do General Golbery do Couto e Silva, seria

"...uma situação duplamente bipolar - Governo versus Oposição, Revolução versus anti-revolução - sujeita, a todo momento, a perigosas radicalizações, sempre difíceis de dissolver ou neutralizar".⁴⁰

Ainda no entender do General Golbery, o que mantinha o controle da situação política seria o fato de a oposição se dividir à direita "pelos que se intitulariam revolucionários legítimos" e à esquerda "onde se situariam subversivos, contestadores, insatis-

feitos e saudosistas"⁴¹, ficando o Governo numa posição de controle ao centro.

Consequentemente,

"A eliminação de um e quaisquer daqueles elementos, reforçando um esquema bipolar, levaria, no entanto, à definição de uma só frente de oposição, contínua a não desbordável, contra a qual só caberiam, daí por diante, manobras mediocres de simples empuxo frontal senão de mútuo desgaste pelo atrito"⁴².

Neste sentido, o alargamento do leque partidário com a Reforma Partidária - Lei 6767 (20.dez.1979) assumiu característica semelhante aos casuísmos eleitorais de condução de política nacional de modo a permitir a manutenção do poder de controle do estamento militar nos aparelhos de Estado.

Assim, a proclamada 'abertura política' se constitui também num reordenamento das elites conservadoras, uma possibilidade de por fim aos protestos populares e favorecer a continuidade de um sistema político que excluísse a participação popular.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In COLLIER, David, Org. O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982, p. 54
- (2) PEREIRA, Raimundo et alli. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo, Global, 1984. p. 13
- (3) GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. Porto Alegre, L&PM, 1983. p. 56
- (4) BARRETO, Vicente. Voto e representação. Brasília, editora Universidade de Brasília, 1984. p. 52
- (5) HABERMAS, Jünger. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 224
- (6) IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 74
- (7) PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Trad. Angelina Peralva, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p. 74
- (8) Citando como exemplo o Presidente Gen. Arthur da Costa e Silva. (op. cit.)
- (9) PORTELLI, Hugues. op. cit. p. 74
- (10) ALVES, Maria Helena Moreira. O Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984. p. 135
- (11) CARDOSO, Fernando Henrique. Poulantzas e os partidos no Brasil. In Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, 12:3-7, abr. 1982
- (12) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 112
- (13) CARDOSO, Fernando henrique. op. cit. p. 6
- (14) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. p. 136
- (15) REALE, Miguel. Ideologia política nas eleições de 1978 In As eleições nacionais de 1978. Brasília, Fundação Milton Campos, 1979, p. 17
- (16) Ib., ibdem., p. 21
- (17) FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Os partidos políticos e as eleições de 1978. In As eleições nacionais de 1978 Brasília, Fundação Milton Campos, 1979. p. 35

- Trad. Luiz M. Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. p. 26
- (22) PEREIRA, Raimundo et alli. op. cit. p. 22
- (23) ARENA - Aliança Renovadora Nacional - Programa Político
In Documentário e atualidade política. Brasília, Centro de Documentação política e relações internacionais da Universidade de Brasília, (9) out/dez 1978, p. 66
- (24) Id., ibid., p. 67
- (25) Id., ibid., p. 67
- (26) Id., ibid., p. 62
- (27) Id., ibid., p. 68-69
- (28) MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Programa Político. In Documentação e atualidade política. Brasília, Centro de Documentação e atualidade política e relações internacionais da Universidade de Brasília, (9) out/dez 1978, p. 73-74
- (29) Id., ibid., p. 75
- (30) Id., ibid., p. 76
- (31) Id., ibid., p. 77
- (32) HABERMAS, Jünger. op. cit. p. 234
- (33) IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978. p. 204
- (34) FLEISCHER, David. O sistema partidário e o seu estudo. In Partidos e eleições no Brasil. LAMOUNIER e CARDOSO, Org. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 5
- (35) Esta classificação foi embasada nos estudos de Norberto Bobbio, na sua obra Qual socialismo? (Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. p. 56) e Raimundo Pereira et alli (ob. cit) bem como Maria Helena Moreira Alves (op. cit.), de onde foram retirados os dados estatísticos.
- (36) PEREIRA, Raimundo et alli. op. cit. p. 27
- (37) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit., p. 62-63
- (38) Id., ibid., p. 189
- (39) BRASIL. Constituição Federal. São Paulo, Atlas, 1984
- (40) COUTO E SILVA, Gen. Golbery do. Conjuntura política nacional. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981. p. 25-26

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve por escopo a tentativa de desvendar o processo partidário implantado no Brasil pelo Golpe de 1964, e a função que o bipartidarismo exerceu desde sua implantação em 1965 até sua substituição pelo pluripartidarismo controlado em 1979.

Naturalmente que tal tarefa seria impossível sem uma abordagem da teoria dos partidos políticos, tanto no enfoque da democracia liberal clássica quanto dos estudos de Gramsci, sobre o Estado e os partidos políticos, como escolha do embasamento teórico.

Implica, também, em questionar as bases e as origens da Revolução e posteriormente, do "golpe dentro do golpe", que iria redefinir o rumo revolucionário.

A concordância com Fernando Henrique Cardoso, de que a coerência discursiva do regime seria mais facilmente detectada nos discursos do Poder Executivo¹, devido à falta do estabelecimento de uma ideologia totalizadora, levou ao estudo de algumas falas dos Generais-Presidentes, na tentativa de estabelecer os conceitos de Estado, bem como o papel das Forças Armadas, dentro da ótica definida pela Doutrina de Segurança Nacional e de elucidar de que modo eram decodificadas as diversas crises, que acompanharam o regime e para melhor entendimento da inserção dos partidos políticos e do bipartidarismo no regime militar.

"A eleição é um método útil para ajudar a resolver o problema dos povos. Mas não é o único. Nenhuma das grandes conquistas democráticas foi obtida através das eleições".²

Em torno desta afirmativa há um considerável consenso. A história política dos Estados tem demonstrado a ineficácia das urnas em apresentarem soluções e, no caso brasileiro o número de vezes em que as forças das urnas foi substituída ou solapada pela dos militares comprova igualmente esta assertiva.

Mas isto não impediu que a "democracia dos partidos" se institucionalizasse em grande número de países e que sistemas

partidários se formassem, obedecendo às variáveis históricas de cada país.

O que comprovou a lição exposta por Lênin, de que a democracia parlamentar burguesa era o melhor invólucro jurídico para o capital.³

Isto porque a democracia burguesa cumpre com funções importantes.

A primeira delas seria a de inserir o Parlamento na sociedade política, dando-lhe sua feição moderna de ser o lugar definido de onde o poder melhor ditaria a prática legal.

Segunda função seria a de definir os limites de participação da sociedade civil, no comando e na direção do Estado. Como salientou Burke, o Parlamento representa a nação.⁴ Assim, na medida em que frações dela, ou seja, parcelas da sociedade civil não conseguirem fazer-se representar na sociedade política, sua ação política ficaria cerceada.

Isto é tanto mais correto em países como o Brasil, em que a política é feita mediante mecanismos de cooptação e clientelismo, isto é, através da distribuição de favores e onde a parcela miserável da população troca o seu voto por gêneros alimentícios. Deste modo, não ocorre relação entre o voto e a representação política de interesses.

Tornar a todos, conquanto eleitores, participantes do processo de legitimação, inclusive na alternância de frações da classe dominante no poder através das eleições⁵, se constituiria na terceira função e que permitiria à classe dominante exercer a hegemonia, na medida em que é dado o assentimento popular através das urnas.

O partido político, porém, não necessariamente está vinculado apenas à realidade expressa supra. Pois, se o Parlamento está firmemente enraizado na sociedade política, no entender de Gramsci, o partido político faria parte da sociedade civil. E como o partido deveria ser no Parlamento o canal de expressão da vontade popular, isto torná-lo-ia, não raro, a arena de disputa entre a força e o consenso, ou da luta pela hegemonia.

E, deste modo, perderia sua feição de consequência de -
sagrável do governo livre para se tornar condição de sua existên-
cia.

Assim, conforme a teoria liberal, o partido político as -
sume as seguintes funções:

- a) representatividade;
- b) canal de expressão da vontade popular;
- c) formação dos quadros dirigentes;
- d) vocação para o exercício do poder.

Isto não ocorreu no Brasil pós-1964, conforme foi inten-
tado expor neste trabalho.

A Revolução de 1964 tinha como proposta a formalização
de um novo pacto de domínio da classe dominante (ou frações dela),
assecuratório da expansão do capitalismo decunho monopolista e ex-
portador, dotado dos instrumentos necessários para o extermínio da
subversão, através dos órgãos repressivos, oficiais e para-mili-
tares, e das condições do estabelecimento de um aparelho estatal
modernizado e capaz de fazer frente a um novo tipo de desenvolvi-
mento, cujas bases se prendiam à técnico-burocracia. Isto é, na ten-
tativa de romper com a lógica populista, propunha-se substituir a
participação popular pela racionalidade. Contestava-se a eficácia
da democracia como motor de desenvolvimento, sendo a contra-propos-
ta a de fortalecer a burocracia técnica, que substituiria as re-
presentações populares, sem que deixasse de haver, porém, a apro-
priação dos mecanismos de controle e cooptação, implantados pelos
corporativismo oriundo do Estado Novo, e a formação de alianças
com as parcelas da classe dominante ou mesmo de outras classes pa-
ra composição do pacto hegemônico, no qual a base seria constituí-
da pelo binômio segurança/desenvolvimento.

Porém, com o rompimento das alianças capazes de manter
o pacto, o governo militar promoveu a auto-legitimação, com o
'golpe dentro do golpe' (1969), o que impediu a construção do pro-
cesso que deveria culminar com o reestabelecimento da hegemonia e
cuja consequência direta foi a de fortalecer desmesuradamente o
Poder Executivo.

"É neste contexto que se pode compreender a extinção dos partidos políticos existentes antes de 64, a cassação dos direitos políticos de técnicos, políticos, operários, intelectuais, militares e estudantes. No âmbito do combate às lideranças carismáticas e demagógicas está a concepção e o exercício autoritário do poder. Em nome da organização e da eficácia, instalasse a ditadura"⁶.

O conceito de ditadura em Gramsci é extremamente elucidativo:

"...a sociedade política toma a dianteira em relação à sociedade civil e utiliza o bloco ideológico para neutralizar as outras classes, abstendo-se de qualquer compromisso com estas"⁷.

No caso brasileiro, a sociedade política circunscreveu-se ao Poder Executivo e aos seus representantes no Parlamento, devendo a sociedade civil ser neutralizada, inclusive através da supressão física dos cidadãos. Embora interessasse ao Executivo comprovar sua eficácia, as formas de o fazer, como as eleições tiveram o seu número reduzido e seus resultados induzidos ou alterados.

Deste modo,

"O Estado de Segurança Nacional estava totalmente centralizado e isolado; o Estado corporificava-se no Executivo e a ele se circunscrevia. O Ato Institucional nº 5 deu origem a um Leviatã que o General Golbery do Couto e Silva antecipara em seus textos dos anos 50, um Estado hobbesiano que absorvia todo o poder".⁸

Assim, ainda dentro do entendimento da Teoria Clássica, estariam prejudicados os pressupostos a serem alcançados pelos partidos políticos, conforme pode-se constatar.

Os partidos políticos criados pelo regime militar não representavam obviamente a sociedade civil- eles representavam sobretudo o regime, no caso da Aliança Renovadora Nacional e proporcionavam uma falsa dialética situação/oposição, no caso específico do Movimento Democrático Brasileiro. Porém, na história polí -

tica brasileira, os organismos da sociedade civil ou foram reprimidos ou cooptados e controlados pelo Estado. Um exemplo clássico a destacar seria o dos sindicatos, que de proibidos e perseguidos, foram, no governo Vargas, incorporados ao comando da sociedade política.

E, de igual modo como ocorreu com os sindicatos, também os partidos políticos estão sob o controle do Estado, pois são considerados desde 1950 pessoas jurídicas de direito público, sujeitos a legislação específica, cuja função é estabelecer os limites de sua formação e atuação pela sociedade política.

O conceito de Estado (sociedade política mais sociedade civil)⁹ fica assim prejudicado. Não que inexistisse a sociedade civil - admitir isto seria incorrer num contra-senso. Mas é também fato que no Brasil a sociedade política sempre assumiu maior relevância. Mesmo no seu interior, é o Poder Executivo que domina, de tal modo que emana quase que unicamente dele o comando e a direção ideológica.

Também inexistia representatividade sem a escolha livre dos representantes.

Durante o regime militar as escolhas para as representações populares foram cerceadas para os quadros do Executivo e do Legislativo, por haver, inclusive, o entendimento de que o povo brasileiro não teria um interesse genuíno em participar politicamente, sendo este interesse induzido por levianos e oportunistas.¹⁰

O cerceamento da participação política era alcançado tanto através das eleições indiretas quanto através dos casuísticos eleitorais e do controle da propaganda política.

Sendo que o Executivo governava quase exclusivamente através de decretos-leis e por mecanismos que asseguravam a aprovação da legislação consoante com os interesses deste, que iam da instituição do decurso de prazo à decretação do recesso do Legislativo, a expressão da vontade popular não tinha nenhum fundamento de veracidade no bipartidarismo. Além do que o isolamento forçado da sociedade civil, através do terror e da censura prévia à im-

prensa, tornou-a virtualmente incapaz de expressar a sua vontade.

Nem Aliança Renovadora Nacional (Arena) nem o Movimento Democrático Brasileiro tinham possibilidade de exercer o poder, o que não impedia o usufruto das benesses dele: cargos, comissões e imensos ganhos com a estrutura de exploração do capital implantada pelo modelo econômico. Por outro lado, o comando da sociedade política era definido no âmbito das Forças Armadas, conforme ficou claro em diversas ocasiões, como ocorreu quando da doença do Presidente Costa e Silva, em que formou-se a Junta Militar com plenos poderes e que inclusive, declarou extintos os mandatos supremos do Executivo (Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969), a fim de impedir que o civil Pedro Aleixo ocupasse o cargo na Presidência.

A formação de quadros dirigentes depende dos organismos da sociedade civil. São nos sindicatos, universidades, igrejas, associações diversas que surgem as lideranças populares que integrarão os partidos políticos, permitindo sua renovação e a auto-crítica. Como o fazer política estava restrito às duas agremiações existentes, estas acabavam por reproduzir a centralização comum à sociedade política, que ainda as controlava através das cassações.

Não foi, porém, apenas no decorrer do governo militar que os partidos políticos brasileiros exerceram funções outras que não às comuns aos partidos nas democracias formais.

Fernando Henrique Cardoso coloca que

"Para que o leitor não se equivoque é melhor dar nome aos bois. A velha esquerda e a politicagem tradicional fazem seu circuito vital entre os Partidos e o Estado, deixando à margem a sociedade e os movimentos sociais (salvo na hora da cata ao voto)..."¹¹

A participação popular é restringida ao comparecimento às urnas pelo povo e a sociedade civil, sempre que possível, tem o papel de mera coadjuvante na cena política.

Assim, o sistema partidário no Brasil cumpre com as funções de substituir a sociedade civil, no conjunto do Estado, de forma a

- a) Permitir a renovação das frações da classe dominante no poder.
- b) Oferecer as condições necessárias para a superação das crises advindas da falta ou quebra da hegemonia.
- c) Manter o discurso liberal que prega a existência de um regime democrático no país, mesmo que tal não ocorra.
- d) Controlar as manifestações da sociedade civil, reservando um espaço mínimo para que ela se manifeste e para que se torne possível a apropriação destas manifestações pelo aparelho estatal.

Porém, no período do bipartidarismo, a função mais evidente dos partidos políticos foi a de legitimação do regime revolucionário, fato que o Movimento Democrático Brasileiro evidenciou quando os seus parlamentares cogitaram na possibilidade de sua extinção.¹²

Fernando Henrique Cardoso torna clara esta função ao colocar que

"É a Administração que sustenta os partidos no poder, não são estes que servem de base e dão legitimidade àquela".¹³

Foram os casuísmos eleitorais, as diversas manobras políticas que asseguraram as vitórias nas urnas para a Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

Porém, como ensina Gramsci, é impossível a manutenção do poder unicamente através da força. É o consenso, retirado do interior da sociedade civil que vai permitir à sociedade política tanto a superação das crises de hegemonia quanto o estabelecimento da direção política.

Mas, conforme salientamos nos capítulos anteriores, o Estado de Segurança Nacional almejava a construção de uma sociedade civil homogênea, sem os conflitos que dificultariam o estabelecimento de um novo sistema político e uma nova realidade econômica, compatível com os requisitos de racionalidade e de desenvolvimento. Isto significava manter o caráter corporativo do Estado brasileiro, acirrando-o, sobre os sindicatos, associações profissionais e civis, etc, sendo este controle exercido verticalmente, através sobretudo da supressão das lideranças e do isolamento da

sociedade civil como um todo.

Para tanto, o controle foi e ^xentendido aos órgãos de produção do material ideológico, ou seja, através da censura à imprensa de todos os tipos, às artes, etc. E o controle também era exercido sobre a estrutura acadêmica com a implantação de matérias escolares como Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e cívica, da redução das verbas para educação, do controle dos currículos, os expurgos de professores e pesquisadores e o privilegiamento dos cursos técnicos.

Assim,

"Forçando a utilizar suas últimas fontes de poder - a força física - o Estado sofreu nova perda de legitimidade".¹⁴

A perda da legitimidade refletiu nas eleições de 1974 sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), que era entendida como sendo o partido do governo.

No entender de Miguel Reale, quando as crises sociais se aguçaram

"...o bipartidarismo pôs à mostra sua congênita fragilidade, recaindo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena) toda a responsabilidade pelos resultados negativos de ordem econômica e pelo vazio produzido pelo Governo da Revolução..."¹⁵

O que conduziu, conforme o entendimento de Miguel Reale a que

"...os mentores do Movimento Democrático Brasileiro preferiram convertê-lo no beneficiário natural de uma 'crítica genérica e indiscriminada' dos denominados 'donos do poder', abrindo amplo leque de reivindicações, mesmo quando entre si inconciliáveis, de sorte a atrair para a sua legenda votos de todas as categorias sociais e das mais contrastantes posições políticas, desde às conservadoras às de caráter radical".¹⁶

Esta atitude do Movimento Democrático Brasileiro foi também decorrência das condições em que os partidos políticos fo-

ram criados pelo regime. Por não representarem nenhuma classe, acabavam por tentarem representar a todos, o que condizia à ausência de uma ideologia político. O que unia as diversas facções dentro do Movimento Democrático Brasileiro era unicamente a proposta de término do regime de exceção. Não havia, realmente, uma proposta de governo por inexistir ainda sequer a possibilidade de ser governo.

Porém, o esvaziamento das bases de sustentação do regime trouxe

"...uma consequência não prevista: (...) unir o Movimento Democrático Brasileiro aos movimentos de base, com a superação da defasagem entre os níveis de política formal e política de base".¹⁷

Deste modo a união entre a política formal e a política de base fez surgir um impasse, na medida em que transpôs o fosso entre uma e outra e colocou a nú o impasse causado pelo bipartidarismo.

Porém, a evolução do quadro político fazia com que, consequentemente, o bipartidarismo não só perdesse sua função legitimadora como se tornasse prejudicial ao regime.

Porque a bipolarização era aconselhável enquanto significasse a manutenção do controle da oposição e permitir à Aliança Renovadora Nacional (Arena), através das vitórias nas urnas, o sinal evidente da popularidade do governo. Porém, quando era a oposição que ficava fortalecida com a bipolaridade, isto é, quando ela congregou a rejeição ao regime e se tornou opositora de fato, o bipartidarismo se constituiu num estorvo, mesmo porque nas eleições de 1979, a Aliança Renovadora Nacional (Arena) fora substituída pelo regime no papel de 'inimigo'.

Ao bipartidarismo cabia legitimar o regime. Mas isto só ocorreria se mantidas as regras pré-estabelecidas pelo governo militar, de que a Aliança Renovadora Nacional (Arena) se constituísse no seu apoio e o Movimento Democrático Brasileiro na sua oposição.

Não fora cogitada a possibilidade de a Aliança Renova-

dora Nacional (ARENA) retirar o apoio e nem o Movimento Democrático Brasileiro vir a ser governo. E este 'status quo' deveria ser mantido até ser assegurada a institucionalização dos ideários da Revolução, de tal modo que esses fossem absorvidos na forma de ideologia dominante.

Por outro lado, a oposição abandonava os limites impostos pelo regime de manter-se dentro do Poder Legislativo e se disseminava no cotidiano, através dos movimentos sociais.

Isto conduz a duas reflexões que serão objeto da última etapa deste trabalho.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Trad. Cristian Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro, 1970. p. 253
- (2) Id., *ibid.*, p. 253
- (3) Id., *ibid.* p. 248
- (4) Id. *Ibid.*, p. 249
- (5) Id., *ibid.* p. 249
- (6) Id., *ibid.*, p. 250
- (7) HABERMAS, Jünger. Para a reconstrução do materialismo histórico. São Paulo, Brasiliense, 1983 p. 234
- (8) Id., *ibid.*, p. 224
- (9) SOUZA, Maria do Carmo Campello de. O processo político-partidário da primeira república. In MOTA, Carlos, Org. Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. p. 166
- (10) PEREIRA, Raimundo et alli. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo, Global, 1984. p. 15
- (11) GEISEL, Gen Ernesto. Discurso (15/set./1973). In Discursos. Brasília, Assessoria de Imprensa, (s.d.) p. 17
- (12) CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina. In COLLIER, David, Org. O novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 50
- (13) GEISEL, Gen Ernesto. op. cit. p. 18
- (14) _____. Entrevista. In Discursos 1976. Brasília, Assessoria de Imprensa, (s.d.) p. 67
- (15) FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. As eleições nacionais de 1976. Brasília, Fundação Milton Campos, 1979. p. 36
- (16) ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984. p. 53
- (17) CASTELO BRANCO, Mal. Humberto de A. Pronunciamento. In Discursos. Brasília, Secretaria de Imprensa, 1966. p. 35
- (18) PEREIRA, Raimundo et alli. Eleições no Brasil pós-64 p. 23
- (19) ALVES, Maria Helena Moreira. op. cit. p. 55
- (20) Id., *ibid.*, p. 56
- (21) GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado Moder-

CONCLUSÃO

O objetivo último da dissertação é a análise das questões que se apresentam no decorrer do trabalho. E a análise do bipartidarismo é rica na condução de reflexões dada a sua complexidade. Porém, neste trabalho foram privilegiados dois aspectos, que irão ser abordados na presente conclusão.

O primeiro deles se centra em torno do questionamento da existência ou não de partidos políticos no período do bipartidarismo brasileiro, ou seja, se a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro poderiam ser considerados partidos políticos.

No âmbito legal, ainda que o Ato Institucional que os criou tenha proibido a utilização da palavra 'partido' na legenda¹, tanto a Aliança Renovadora Nacional (Arena) quanto o Movimento Brasileiro se constituíam em partidos políticos.

Porém, à luz das teorias sobre organizações partidárias, tanto clássicas quanto de Gramsci, observa-se que eram apenas os 'partidos da revolução', se constituindo em apêndices do aparelho estatal, com o objetivo de despolitizando a sociedade civil, ocupar o lugar da política dentro do Estado.

O segundo aspecto advém do questionamento em torno do que seria o processo de 'abertura política', preconizado pelo Presidente Geisel e levado a cabo pelo Presidente Figueiredo.

Quando se entende que esvaziara-se o conteúdo legitimador do bipartidarismo, percebe-se que não ocorreu, portanto, com a 'abertura política', uma ruptura com o passado político, com o que se convencionou chamar de 'processo revolucionário'. A 'abertura' se constituía em uma das perspectivas possíveis para o processo revolucionário e contém, pressupostos e elementos dele.

No entender de Gramsci, é possível governar unicamente pela força.

Esvaziando-se o consenso, a força por si só não mantém um regime indefinidamente, pois acirram-se suas contradições e crises internas.² A partir do total esvaziamento das bases de

sustentação do regime militar, as dificuldades políticas conduziram ao pluripartidarismo.

"A estratégia recomendaria - como requeria aliás, também, a própria intenção democratizante - pronta desarticulação do sistema oposicionista, propiciando-se o surgimento de múltiplas frentes distintas..."³

A proposta, evidenciada pelo General Golbery do Couto e Silva, está respaldada na história política das elites brasileiras, cujo caráter autoritário permitia que mesmo a redemocratização do país (ou "abertura política") fosse tratada como sendo uma estratégia de gabinetes, a exemplo de uma conquista de território inimigo.

Com isto, a "abertura política" adquire característica de mudança no âmbito das classes dominantes, porém excluindo-se, mais uma vez, do "pacto de domínio" novamente restaurado a sociedade civil.

Isto, porém, não impede que

"...as tarefas que se colocam atualmente no conjunto das forças populares brasileiras, (...) não podem ser identificadas com a luta imediata pelo socialismo, mas sim com um combate árduo e provavelmente longo pela criação dos pressupostos políticos, econômicos e ideológicos que tornarão possível o estabelecimento e a consolidação do socialismo no nosso país."⁴

Portanto, a visão crítica de que a "abertura" se constituiu no reordenamento interno das classes dominantes não pode obscurecer a dialeticidade implícita no processo, de que o velho gesta onovo.

Houve, efetivamente, a ampliação do espaço de participação política da sociedade civil brasileira. Essa participação se faz através dos movimentos de reivindicação por melhores salários, de movimentos de defesa dos direitos humanos, de reivindicações específicas (Associações de Moradores, de Favelados, de donas-de-casa, de homossexuais, de negros, etc), entre outros e a sua importância advém dessa atuação como elemento ativo da sociedade civil, que propõe implicitamente a quebra

da noção autoritária de que a política é privilégio e monopólio dos partidos políticos.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) PEREIRA, Raimundo et alli. Eleições no Brasil pós-64
São Paulo, Global, 1984. p. 24
- (2) PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Trad. Angelina Peralva, Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977. p. 32
- (3) COUTO E SILVA, Gen Golbery. Conjuntura política nacional.
Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, p. 28
- BARDWILL, José C. et alli. Brizola sai na frente. IstoÉ
São Paulo 3(121):4-10, 18/abr/1979: "Além disso, o PTB -
qualquer PTB - representa para o governo a viabilidade
do desejado fim do bipartidarismo. Isto, note-se, é visto
como uma absoluta necessidade para a própria sobrevivência
do regime que já não suporta mais essa história
de eleições plebiscitárias e já não tem mais poderes para
inventar casuísmos eleitorais..." p. 8
- (4) COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal.
Rio de Janeiro, Salamandra, 1984. p. 20
- (5) LEFORT, Claude. Direitos humanos e política. In A invenção democrática. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 56

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- . ABREU, Alcides. Análise sistêmica dos partidos políticos.
Porto Alegre, Movimento, 1977
- . ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL. Programa Partidário. In Documen-
tação e atualidade política. Brasília, Centro de Documenta-
ção Política e Relações Internacionais da Universidade Fede-
ral de Brasília, 9:64-71, out/dez 1978
- . ALTHUSSES, Louis. Ideologia e aparelhos ideológicos de Esta-
do. Lisboa, Presença/Martin Fontes, 1980. 120 p.
- . ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil -
(1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984. 337 p.
- . BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O caminho da revolução brasi-
leira. Rio de Janeiro, Melso, s/d. 182 p.
- . BARDWIL, José Carlos et alli. Brizola sai na frente. IstoÉ
São Paulo 3(121):4-10, 18/abr/1979
- . BARRETO, Vicente. Voto e representação. Brasília, Editora U-
niversidade de Brasília, 1984 (Curso de Ciência Política)
p. 41-86
- . BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil.
(Emenda Constitucional nº 1, de 17/out31969. DO 20/out/1969)
São Paulo, Atlas, 1984. 107 p.
- . BOBBIO, Norberto. Qual socialismo? Trad. Iza de S. Freaza.
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 109 p.
- . CASTELO BRANCO, Mal. Humberto de A. Discurso de Posse (15/
abr/1964). In Discursos 1964. Brasília, Secretaria de Im-
prensa, (s.d.). p. 13
- . _____. Discurso (27/out/1965). In Discursos
1966. Brasília, Secretaria de Imprensa, (s.d.). p. 34-36
- . _____. Discurso (30/set/1965). In Pronuncia-
mentos 1965. Brasília, Secretaria de Imprensa, (s.d.).
- . CARDOSO, Fernando Henrique. Da caracterização dos regimes au-
toritários na América Latina. In COLLIER, David, Org. O
novo autoritarismo na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e
Terra, 1982. p. 48-61
- . _____. Poulantzas e os partidos do Brasil. In No-

- vos Estudos CEBRAP. São Paulo, CEBRAP (12):3-7, abr./1982
- . CHARLOT, Jean. Os partidos políticos. Trad. Carlos A. Lamback
Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1983. 223 p.
 - . COUTINHO, Carlos Nélon. Gramsci: universalidade que se amplia
geograficamente. Folha de São Paulo. São Paulo, A:37 c.2
253abr/1987
 - . _____. A democracia como valor universal. Rio
de Janeiro, Salamandra, 1984
 - . COUTO E SILVA, Gen. Golbery do. Conjuntura política nacio-
nal. O poder Executivo & geopolítica do Brasil. Rio de Janei-
ro, José Olympio, 1981.
 - . COSTA E SILVA, Gen. Arthur da. Atualidade do Exército e reno-
vação da mentalidade militar. In Pronunciamentos do Presi-
dente. Brasília, Assessoria de Imprensa da Presidência da
República. Fev/1968. p. 46
 - . COSTA E SILVA, Gen. Arthur da. Subversão da hierarquia e
disciplina. In Pronunciamentos do Presidente. Brasília,
Presidência da República, (s.d.). p. 1-2
 - . _____. Garantia de liberdade de pensamento e opi-
nião. In Pronunciamentos do Presidente. Brasília, Secreta-
ria de Imprensa, (s.d.). p. 7-9
 - . _____. Trabalho realizado com amor, dedicação e
patriotismo. In Pronunciamentos do Presidente. Brasília,
SEcretaria de Imprensa, (s.d.). p. 38-39
 - . DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Trad. Cristian M.
Oiticica. Rio de Janeiro, Zahar, 1970. 465 p.
 - ; FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Os partidos políticos e as
eleições de 1978. In As eleições nacionais de 1978. Brasília,
Fundação Milton Campos, 1979.
 - . FLEISCHER, David. Partidos políticos. Brasília, Editora Uni-
versidade de Brasília, 1979
 - . _____. O sistema partidário e seu estudo. In Par-
tidos e eleições no Brasil. LAMOUNIER & CARDOSO, Org. Rio
de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 5-20
 - . GEISEL, Gen. Ernesto. Discurso (15/set/1973). In Discursos

1975. Brasília, Assessoria de Imprensa, (s.d.)
- . _____. Entrevista. In Discursos 1976. Brasília, Assessoria de Imprensa, (s.d.)
 - . _____. Discurso perante a convenção da ARENA. (15/set/1973). In Discursos 1974. Brasília, Assessoria de Imprensa, Fev/1975
 - . GRAMSCI, Antônio. Maquiavel, a política e o Estado moderno. Trad. Luiz N. Gazzaneo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968. 337 p.
 - . GUERRA, Augusto. Apresentação, In Mensagens Presidenciais (1965-1979). (s.n.t.)
 - . GRUPPI, Luciano. Tudo começou com Maquiavel. Porto Alegre, L&PM, 1983
 - . HABERMAS, Jürgen. Para a construção do materialismo histórico. São Paulo, Brasiliense, 1983
 - . IANNI, Octávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978
 - . LEFORT, Claude. Direitos humanos e política. In A invenção democrática. São Paulo, Brasiliense, 1983. p. 37-69
 - . MATTOS, Gen. Meira. A geopolítica e as projeções do poder. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1977. 147 p.
 - . MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO. Programa partidário. In Documentação e atualidade política. Brasília, Centro de Documentação Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília, (9):73-81, out/dez 1978
 - . NERY, Sebastião. Doutel de Andrade: o PTB ontem e hoje. In Pais e Padrastos da pátria; Recife, Guararapes, 1980. p. 57-70
 - . NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento de Gramsci e o Brasil Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, Caderno B Especial: 7 c. 3 13/out/1985
 - . O'DONNELL, Guillermo. Desenvolvimento político e mudança social. In PINHEIRO, Paulo S., Coord. O Estado autoritário e os movimentos populares: Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980
 - . OLIVEIRA, Elizier Rizzo de. As forças armadas, política e

ideologia no Brasil (1964-1969). Petrópolis, Vozes, 1978
131 p.

- . PEREIRA, Raimundo et alli. Eleições no Brasil pós-64. São Paulo, Global, 1985. 120 p.
- . PORTELLI, Hugues. Gramsci e o bloco histórico. Trad. Angelina Peralva. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. 141 p.
- . REALE, Miguel. Ideologia política nas eleições de 1978.
In As eleições nacionais de 1978. Brasília, Fundação Milton Campos, 1979. p. 19-30
- . SARTORI, Giovani. Partidos e sistemas partidários. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar; Brasília, Universidade de Brasília, 1982. 416 p.
- . SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)
Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. 515 p.
- . SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. O processo político-partidário da 1ª República. In MOTA, Carlos, Org. Brasil em perspectiva. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977
- . TOLEDO, Caio N. de. O governo Goulart e o golpe de 64.
São Paulo, Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos)
100 p.